



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS
E INTEGRAÇÃO**

**AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE VISÕES:
CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA FRENTE AO
TRADICIONALISMO INTERNACIONALISTA**

LEONARDO ALVES DA SILVA

**AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE VISÕES:
CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA FRENTE AO
TRADICIONALISMO INTERNACIONALISTA**

LEONARDO ALVES DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Roberta Sperandio Traspadini

LEONARDO ALVES DA SILVA

**AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE VISÕES:
CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA FRENTE AO
TRADICIONALISMO INTERNACIONALISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dra. Roberta Sperandio Traspadini
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Prof. Dra. Karen dos Santos Honório
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Prof. Dra. Marisa Amaral
Universidade Federal de Uberlândia

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): _____

Curso: _____

Tipo de Documento	
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: _____

Nome do orientador(a): _____

Data da Defesa: ____/____/____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons* **Licença 3.0 Unported**.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) Responsável

Dedico este trabalho a todas as vidas perdidas em detrimento da COVID-19 – que atravessou boa parte de sua escrita.

Dedico também à minha amada avó, Deuzeli, a quem devo minha caminhada e a própria vida.

AGRADECIMENTO

À minha avó, Deuzeli, por todo o aprendizado propiciado, por todo o amor, toda a dedicação e, principalmente, por ter-me incumbido dos valores que guiam meus ensejos por um mundo melhor hoje. Agradeço por toda a labuta por nossa sobrevivência e contra a fome, e por nunca ter hesitado em proporcionar o tudo aquilo que possível, apesar das dificuldades, para que eu pudesse seguir com meus estudos. Obrigado por sempre ter acreditado em mim e inspirado-me sempre à bondade, humildade, indignação e amor às pessoas.

À amiga, professora e orientadora, Roberta Traspadini, pelas escutas, pelas puxadas de orelha, pelas belas palavras, pelas tardes de estudo (acompanhadas de partidas de voleibol), por todo apoio durante essa feliz, mas dura, caminhada político-acadêmica e pela potente caixa torácica – que fazia ecoar pelos corredores unileiros, a uma só vez, versos de esperança, rigor teórico e amor pela humanidade. Gratidão por todo o crédito, pelas formações políticas e pela visão radical de mundo a ser transformado.

A todos e todas companheiras(as) de grupo de pesquisa, o Saberes em Movimento, pelas trocas de conhecimento, carinho, respeito e trabalho, que tanto me fizeram amadurecer e a compreender mais o mundo e nossas tarefas em relação a ele. Mas, o mais importante, agradeço-lhes por ter me ensinado, como não poderia ter aprendido em nenhum outro lugar, que “a mais valia é uma prisão” e a importância sobre sermos intensamente no plural. Devo muito desse trabalho a estas e estes companheiros, os quais tenho imenso carinho e admiração, em especial à Stella Montiel, Ana Raquel, Paulo Silva, Dâmaris Darling, Henrique Roberto e a Fábio San.

Aos meus e minhas camaradas de militância, que me ensinam o sentido da prática coletiva, que é impossível assassinar os sonhos da emancipação humana e que me inspiram à lutar incansavelmente, até que já não haja miséria, exploração e opressão.

Os meus mais sinceros agradecimentos aos meus amigos e minhas amigas dessa fase universitária por todo apoio, pelos risos, pelos abraços e pelo suporte durante todos esses anos e que foram fundamentais para que eu estivesse aqui, terminando esse trabalho. Um obrigado especial à Danielle Sales, Carlos Iandro, João Santos, Ana Wink, Francielle Yumi, Thamara Duarte, Josiane Ferreira, Renan Costa, Pedro Ebert, Ariadne Tassa e Caio Maia, amigos e amigas cuja a presença

sempre me enche de ânimo, alegria e vida. Gracias pelos passeios, pelas confraternizações, pelos abraços e por todas as aventuras que vivemos juntos e que fizeram de mim um ser humano melhor.

À Caiene Reinier e Rafaela Lincoln por ter me mostrado os caminhos do auto-amor negro, a importância do afeto e que sempre me contagiaram com sua força.

Aos meus amigos(as) e companheiros(as) de moradia, o melhor casal desse mundo – Ju e Thiago –, pelas trocas diárias, pela companhia, pelos papos, pelo aprendizado e por me aturar; e, especialmente a Gabes, pelo carinho, pelo afeto e pelas *pláticas* – que vão de curiosidades sobre a língua guarani a temas candentes sobre sexualidade e gênero.

Não poderia deixar de agradecer a todos e todas as educadoras(es) que fizeram parte de minha trajetória e que me incentivaram ao estudo e à criticidade ante o mundo.

À Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), pela experiência do latino-americanismo, pelos encontros culturais e trocas de saberes proporcionados.

Ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que possibilitou a mim e tem possibilitado a diversos de jovens o sonho da universidade e também da possibilidade de sua transformação e do mundo que a contém.

*Não tenho o sol escondido
no meu bolso de palavras.
Sou simplesmente um homem
para quem já a primeira
e desolada pessoa
do singular – foi deixando,
devagar, sofredamente
de ser, para transformar-se
- muito mais sofredamente –
na primeira e profunda pessoa
do plural.*

Para os que virão – Thiago de Mello.

SILVA, Leonardo Alves da. **As Relações Internacionais entre visões:** contribuições da Teoria Marxista da Dependência frente ao tradicionalismo internacionalista. 2021. 62 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

RESUMO

A disciplina de Relações Internacionais tem passado nas últimas décadas – pelo menos desde 1980 – por um frutífero processo crítico de revisão de seus fundamentos clássicos, estes centrados nas causas da guerra, e como evitar sua incidência, nas questões pertinentes a um Sistema Internacional no qual se é, aparentemente, ausente uma autoridade superior aos Estados, e nas bases da cooperação, por exemplo. Essa pesquisa aponta na direção desse movimento de criticidade em relação aos marcos-comuns dos estudos teóricos das relações internacionais, buscando, de um lado, apresentar os principais e mais gerais aspectos das teorias tidas como tradicionais para a área – o realismo neoclássico, o liberalismo e suas implicações teórico-políticas – a fim de, em um segundo momento, buscar as bases filosóficas que possam dar corpo a esse movimento criativo da crítica. Assim, debruçar-se-á nas reflexões contidas na dialética filosófica hegeliana; no salto desenhado pelo humanismo radical de Ludwing Feuerbach e no materialismo histórico e dialético de Karl Marx. Com esses marcos, poder-se-á, no passo seguinte, desvencilhar o primordial elemento definidor das relações internacionais: o Estado, pondo-o frente ao arsenal crítico sobre suas origens e razão de ser na sociedade capitalista, com recurso à Crítica da Economia Política. A partir desse ponto, esse trabalho, por fim, intentará trazer a abordagem da Teoria Marxista da Dependência para pensar as relações internacionais nesse processo de reposicionamento da área sobre outras bases, refletindo sobre o poder, a política e o próprio Estado como expressões fenomênicas da realidade e tidas como fetichizadas por essa disciplina.

Palavras-chave: Relações Internacionais; Marxismo; Dependência; Estado; América Latina.

SILVA, Leonardo Alves da. **International Relations between views**: contributions of the Marxist Theory of Dependence against internationalist traditionalism. 2021. 62 p. Bachelor's dissertation (Bachelor of International Relations and Integration) – Federal University of the Latin American Integration, Foz do Iguaçu, 2021.

ABSTRACT

The discipline of International Relations has gone through in recent decades – at least since 1980 – a fruitful critical process of reviewing its classical foundations, these centered on the causes of war, and how to avoid its incidence, on issues pertaining to an International System in which if an authority superior to States is apparently absent, and on the basis of cooperation, for example. This research points in the direction of this movement of criticality in relation to the common landmarks of theoretical studies of international relations, seeking, on the one hand, to present the main and more general aspects of theories considered traditional for the area - neoclassical realism, liberalism and its theoretical-political implications – in order, in a second moment, to seek the philosophical bases that can give substance to this creative movement of criticism. Thus, it will focus on the reflections contained in the Hegelian philosophical dialectic; in the leap drawn by the radical humanism of Ludwing Feuerbach and in the historical and dialectical materialism of Karl Marx. With these milestones, it will be possible, in the next step, to untangle the primordial defining element of international relations: the State, putting it in front of the critical arsenal about its origins and reason for being in capitalist society, using the Critique of the Political Economy. From this point onwards, this work finally will attempt to bring the approach of the Marxist Theory of Dependence to think about international relations in this process of repositioning the area on other bases, reflecting on power, politics and the State itself as phenomenal expressions of reality and seen as fetishized by this discipline.

Key words: International relations; Marxism; Dependency; State; Latin America.

SILVA, Leonardo Alves da. **Relaciones Internacionales entre visiones: contribuciones de la teoría marxista de la dependencia frente al tradicionalismo internacionalista.** 2021. 62 p. Trabajo de Conclusión de Curso (Licenciatura en Relaciones Internacionales e Integración) - Universidad Federal de la Integración Latinoamericana, Foz do Iguaçu, 2021.

RESUMEN

La disciplina de las Relaciones Internacionales ha atravesado en las últimas décadas - al menos desde 1980 - un fructífero proceso crítico de revisión de sus fundamentos clásicos, estos centrados en las causas de la guerra, y cómo evitar su incidencia, en temas propios de un Sistema Internacional en que si una autoridad superior a los Estados está aparentemente ausente, y sobre la base de la cooperación, por ejemplo. Esta investigación apunta en la dirección de este movimiento de criticidad en relación a los hitos comunes de los estudios teóricos de las relaciones internacionales, buscando, por un lado, presentar los aspectos principales y más generales de las teorías consideradas tradicionales para el área - el realismo neoclásico, el liberalismo y sus implicaciones teórico-políticas - para, en un segundo momento, buscar las bases filosóficas que puedan dar sustancia a este movimiento creativo de la crítica. Así, se centrará en las reflexiones contenidas en la dialéctica filosófica hegeliana; en el salto del humanismo radical de Ludwing Feuerbach y en el materialismo histórico y dialéctico de Karl Marx. Con estos hitos, será posible, en el siguiente paso, desenredar el elemento definitorio primordial de las relaciones internacionales: el Estado, anteponiéndolo al arsenal crítico sobre sus orígenes y razón de ser en la sociedad capitalista, utilizando la Crítica de la Política Económica. A partir de aquí, este trabajo, finalmente, intentará acercar el enfoque de la Teoría marxista de la dependencia para pensar las relaciones internacionales en este proceso de reposicionamiento del área sobre otras bases, reflexionando sobre el poder, la política y el propio Estado como expresiones fenomenales. de la realidad y visto como fetichizado por esta disciplina.

Palabras clave: Relaciones Internacionales; Marxismo; Dependencia; Estado; América Latina.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. A HEGEMONIA SOBRE O “INTERNACIONAL”: DIVERGÊNCIAS CONGRUENTES	18
1.1. A <i>REALPOLITIK</i> E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	18
1.2. OS LIBERALISMOS E A QUESTÃO INTERNACIONAL	22
1.3. O INTERNACIONAL PARA ALÉM DO TRADICIONALISMO	25
2. A TEORIA MARXISTA E A QUESTÃO INTERNACIONAL	30
2.1. A COGNOSCIBILIDADE DO MUNDO E DA VIDA SOCIAL	30
2.2. O ESTADO REVISITADO E A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA	35
2.3. PRINCÍPIOS DA ANÁLISE MARXISTA DO MUNDO	42
3. A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E AMÉRICA LATINA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS	48
3.1. A IGUALDADE JURÍDICA E A DESIGUALDADE REAL ENTRE OS ESTADOS: FORMA POLÍTICA DO IMPERIALISMO	48
3.2. A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E RESPOSTA POLÍTICA FRENTE ÀS DESIGUALDADES INTER-ESTATAIS	50
4. CONSIDERAÇÕES EM MOVIMENTO	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60

INTRODUÇÃO

A escrita desse trabalho, em grande medida, foi perpassada pela maior crise sanitária de nossa época. Na América Latina e o Caribe, no momento que essa introdução era elaborada, já tínhamos ultrapassado a marca de um milhão de vidas perdidas pela Covid-19 na América Latina e quase meio milhão só no Brasil. A fotografia do momento é precisa sobre as desigualdades que são vista em corredores de hospitais, nas imensidão de covas e no colapso da vida no campo e na cidade de diversas cidades da região: em um mês, em maio de 2021, a média de mortes em decorrência do novo Coronavírus foi de 31% do total de casos em todo o mundo, sendo que esta região abriga apenas 8,6%¹ de toda a população mundial e, nessa ocasião, possuía apenas cerca de 10% de toda população totalmente imunizada². Além disso, a questão é também crítica em relação à desigualdade de acesso às vacinas, de modo que os 7 países mais ricos concentram 75% das doses dos imunizantes para a contenção do vírus³.

Este será o foco das próximas páginas: um mundo dividido, marcado por duas fracturas fundamentais na realidade concreta. Primeiro, a divisão do mundo em classes antagônicas; segundo, a separação do ser humano em relação à sua principal conexão para construir um mundo verdadeiramente humano — a relação entre homem e natureza —, resultando na extinção de sua atividade ontocriativa.

Até chegar a esse ponto de reflexão, este autor primeiro sobreviveu. Em um país inundado pela miséria, e em uma região que possui os membros atados - “un pueblo sin piernas pero que camina”.

Em um fim de tarde dos meados dos anos 2000, ao voltar de mais uma ronda em busca de alguns trocados ou comida para preencher o vazio que tencionava nossa barrigas, fui coroadado por uma maravilhosa surpresa, em um dia que ficou marcado em minha vida e que me inspiraria dia-a-dia a poder compreender o mundo a fim de transformá-lo. Naquele entardecer, uma figura me esperava, em frente à moradia improvisada, mas resistente, feita de madeiras diversas. De braços abertos e lágrimas

¹ Disponível em <<https://www.istoedinheiro.com.br/america-latina-supera-1/>>, acessado em 21 de maio de 2021.

² Disponível em <<https://ourworldindata.org/covid-vaccinations>>, acessado em 21 de maio de 2021.

³ Disponível em <<https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2021/01/epoca-negocios-dez-paises-concentram-75-das-vacinas-aplicadas-no-mundo-indica-oms.html>>, acessado em 20 de maio de 2021.

nos olhos, aquela senhora havia ido me buscar, prometera me tirar dali imediatamente, a qualquer custo. Ao reconhecê-la, pus-me a correr, pouco me importava se aguentariam os chinelos surrados, de pares e cores diferentes em cada pé. Sentia que minha alforria havia chegado e que quanto mais rápido eu corresse, mais rápido a dor da fome acabaria. Ali em pé, emocionada, estava minha avó, Deuzeli. Dentre suas primeiras palavras, eu pude escutar um estridente “eu prometo que você nunca mais sentirá fome”. Para um menino de apenas cinco anos, aquilo era de um aconchego imensurável.

Ela descobriu onde meu irmão e eu estávamos após termos sido deixados no interior do Tocantins por meses, e nos levou para um lugar que finalmente pude chamar de lar. Desde então, passei a acompanhá-la nas suas atividades com as Pastorais da Criança no combate à desnutrição e nas discussões comunitárias. Apesar de ser analfabeta formalmente, essa mulher me ensinou o valor de oferecer o melhor de si para construir relações sociais mais humanas.

Portanto, o tema da fome me guiou por um caminho de descobertas, calçado por uma sede enorme para que ninguém mais dormisse de barriga vazia em um país com tantas terras e tantos trabalhadores e trabalhadoras.

Levei esses anseios para a Universidade, um lugar que, apesar de ainda conservar muito de seu elitismo e cumprir bem sua função como uma instituição educacional influenciada pelas ideologias do capital, também oferece espaço para disputas, divergências e para usar seu potencial criativo. O encontro com a contracorrente do Grupo de Pesquisa Saberes em Movimento, em contraste com o que a universidade hegemonicamente representa, foi de extrema importância.

E disso se trata: sobre os que são permitidos pensar. É permitido às zeladoras de nossas universidades pensarem? Sobre a precarização da vida, sobre a falta de soberania alimentar, sobre o roubo do tempo? É permitido aos cerca de 67,3% de jovens entre 18 e 24 anos, que não acessaram o ensino superior, pensarem? Sobre o estado submisso da ciência e tecnologia de nosso país e de nosso continente, sobre as polêmicas que tangem as relações de trabalho e o próprio desemprego? E os que estão dentro das universidades, possuem, devido à propriedade privada, uma verdadeira possibilidade de criação do mundo ou só se subjugam ante às ideologias dominantes sobre o mundo e a realidade? E as famílias sem teto, jogadas aos conglomerados de insalubridade urbana, são permitidas pensar? Sobre a fome, as questões da moradia, sobre a qualidade (e propriedade) da água?

Mas então, como a partir desses temas chegamos às Relações Internacionais, objeto desse trabalho?

Que a fome, a miséria e a pobreza de nossa região diz respeito não meramente a uma determinante do fracasso de um ou outro fundamento individual, senão está inscrita em uma estrutura de subjugação, opressão e exploração – não em uma perspectiva moral, senão em como opera o modo de produção capitalista, em particular em sua faceta nas regiões de capitalismo periférico e está circunscrito também em suas relações internacionais.

A análise a partir dessa abordagem – da crítica da Economia Política – e da Teoria Marxista da Dependência, que nos dá suprimentos para explicar a inserção desigual e dependente dos Estados latino-americanos nas relações internacionais, somente pouco a pouco tem ganhado espaço nos estudos teóricos dessa área, sobretudo a partir da década de 1980.

Desse modo, esse trabalho tentará buscar situar as relações internacionais no seio desse frutífero debate, repensando os principais elementos que a define como disciplina, quais seja soberania, o poder, a segurança e o próprio Estado. Elementos estes que são axiais no surgimento da área, em meados do início do século XX.

Naquele momento, após uma grande guerra que estremeceu o mundo entre 1914-1918, tinha o fenômeno – entendido como a parte da realidade que nos é visível – como ponto de partida e também como ponto de chegada. A causa da guerra, as alternativas contra a sua iminência, as bases para a cooperação foram só algumas das primeiras respostas teóricas para a construção teórica da área.

Assim, formam-se e se tornam hegemônicos os pensamentos clássicos das relações internacionais, o tradicionalismo da área: a abordagem realista, e sua reafirmação em meados da década de 1970, o realismo, e o liberalismo-institucionalista. Estes, preocupados em refletir sobre a política internacional, tendo como base as perguntas metateóricas sobre o lugar no mundo da humanidade, respondidas, de um lado, de forma pessimista e, de outro, parcialmente otimista, mas que guardavam no fundo acepções vulgares e fetichistas sobre a realidade humana.

Em contraposição a essa compreensão vulgar, superficial, pouco ancorada na história das relações estruturais desiguais, cabe àqueles que buscam trilhar os caminhos da criticidade para com as teorias políticas e sociais, resgatar o que há de mais avançado nas reflexões gerais sobre a humanidade, a centralidade da história, do sujeito político e da luta de classes.

Nesse sentido, a filosofia hegeliana, a crítica materialista Feuerbachiana e, por fim, o materialismo histórico-dialético de Karl Marx, vão ser fundamentais para construir um corpo que busque destronar a prepotência a-histórica e, muitas vezes, reacionárias das teorias comuns que vão abordar as questões sobre o Estado, o poder e a política.

Busca-se superar, desta forma, as formas comuns da teoria que tem como princípio a inexorabilidade do Estado, e recorre a um melhor aprofundamento sobre o que seria este corpo político tão implacável, não por ele mesmo, senão pelo seu desvelamento, de modo a alcançar a espinha dorsal, compreender o metabolismo de suas células histórico-sociais e, com isso, ter uma dimensão da totalidades de sua existência. Destarte, problematiza-se o mero contato apriorístico, das expressões *mainstream* das Ciências Sociais e, da mesma forma, das Relações Internacionais, que tenderia a apenas uma expressão caótica da realidade e, por conseguinte, a manutenção e vigência de seu metabolismo como natureza própria, nem social, nem historicamente produzida.

Nessa perspectiva, entende-se que o Estado se estabelece de forma a mascarar a sua natureza de classe. Embora a sua dimensão política esteja em consonância com o seu princípio econômico, marcadamente expressão do poder político capitalista, ela aparece fetichizada sob o mote de um Estado neutro, universal e isento de interesses.

Essa sistematização desemboca no ponto inicial desta seção: as desigualdades estruturais a que assenta a sociedade internacional. Para a Teoria Marxista da Dependência, as economias poderiam se industrializar, mas manteriam a condição de subordinação frente aos países de capitalismo avançado. Então, não partiam de uma visão que apresentava as economias latino-americanas como de capitalismo insuficiente, senão apregoavam que justamente essa era a especificidade do capitalismo para a região.

Assim, compreendemos um mesmo processo que engendra a política, o Estado, a economia e o poder, em uma sinuca de bico - não de bolas monolíticas - coaduno com a Dependência e o Imperialismo.

É esse o debate que indicamos que poderia propiciar maior riqueza para a análise das relações internacionais, com a importância de, finalmente, situá-las a partir

da América Latina, da periferia, diferente do que era corriqueiro nas acepções do mundo anglo-saxão.

1. A HEGEMONIA SOBRE O “INTERNACIONAL”: DIVERGÊNCIAS CONGRUENTES

1.1. A *REALPOLITIK* E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Como prescrição geral para qualquer fazer científico - disso não estão imunes as Ciências Sociais -, desencoraja-se a adesão automática a simplificações fraseológicas, tais como maniqueísmos que pouco ou nada contribuem para o desenvolvimento rigoroso do conhecimento sobre os objetos em questão. Assim o é com a questão do “internacional”. O tensionamento em volta da disciplina que lhe toma como objeto, deu-se em certa medida em detrimento de uma suposta falta de condicionantes científicos dos seus primeiros delineamentos teóricos formais, que encontram grande expressão principalmente no século XX, muito tangenciados por polêmicas e pelos interesses que eram expressão desse momento. Não quaisquer interesses, é verdade, senão aqueles que dominavam a construção da agenda da área. Assim, opor-se ao grande arcabouço teórico que lhe dá sustentação - facilmente encontrado nas calorosas discussões acadêmicas - sem ao menos apontar para as bases que lhes são frágeis é mero preciosismo retórico do qual não carece o debate de ideias.

É indiscutível que os estudos sobre relações internacionais partem de um ponto comum: a consideração da racionalidade estatal como uma vitória irreversível e definitiva. Este conceito, grande pilar da dominação política moderna, amadureceu especialmente desde meados do século XIV, com o mercantilismo atuando como catalisador, e culminou em um processo de estruturação após a Primeira Guerra Mundial.

No âmbito teórico das Relações Internacionais, em particular, e da Ciência Política e das Ciências Sociais, em geral, essa perspectiva fundamenta uma escola que se firma com grande destaque na interpretação da realidade social – o realismo político. Nesse contexto, o Estado é essencial, incontestável e está no cerne de uma das possíveis - a mainstream - narrativas dessas disciplinas. Essa narrativa remonta ao surgimento da noção de soberania dos tratados da Paz de Westfália - embora tenha começado a se formar no século anterior - período em que se pode considerar formalmente o nascimento da organização política moderna. No entanto, poderíamos rastrear a história da expansão de várias civilizações juntamente à história do militarismo e da construção da burocracia estatal ou, como sugere Esther Barbé

(1995), voltar até Tucídides, tratando-se, portanto, de uma disciplina nova que aborda questões clássicas.

Poder-se-ia iniciar esse aporte a partir das teorias liberais das quais se embebedou parte das considerações da disciplina de relações internacionais desde sua origem. É sabido que em sua gênese, após a Primeira Grande Guerra, as principais preocupações eram a questão das causas da Guerra e as medidas que impossibilitariam sua reincidência, isso a partir de uma abordagem legal-institucional, inspirada principalmente nos 14 pontos de Woodrow Wilson⁴. No entanto, optar-se-á pelas proposições que se tornarão preeminentes para a disciplina em grande parte de seu caminho constitutivo: o realismo político e suas variações imediatas.

No seu desenvolvimento, o realismo debruçou-se sobre uma compreensão do poder, da política e do próprio Estado presente em uma abordagem que exarcebava a suposta primazia da natureza humana, transposta a uma análise pragmática sobre o Estado, neste caso, em um ambiente no qual seria ausente uma autoridade organizadora superior ao ente estatal. São autores clássicos dessa vertente tanto teóricos do mundo antigo como Sun Tzu, Tucídides, Tito Lívio quanto da Europa pós-renascentista - Maquiavel, Hobbes e Richelieu (CASTRO, 2012). Era a contraposição de uma lógica pragmática à vontade racionalista, em termos normativo-filosófico, que não diferente se apegava a aspectos metateóricos da constituição do real. Este classicismo realista é a base da qual partirá a atualização contemporânea desse paradigma. Nesses termos,

O realismo é de linha ontológica e se fundamenta no conceito de percepção e de detecção da realidade como é e como se apresenta de facto aos sujeitos cognoscentes (...). Há uma exposição das entranhas dos ser humano em tal perspectiva. O foco são as vontades muitas vezes amorais do indivíduo com seus dilemas do jogo da vida em sociedade. (CASTRO, 2014, p. 312).

É desse modo que o Leviatã surge como consequência dessa condição hostil que outrora já se estabelecera entre os seres humanos. Nesse meandro é que podemos recorrer, em termos expositivos, ao que os autores clássicos do realismo

⁴ Woodrow Wilson foi eleito presidente dos Estados Unidos em 1912 e foi precursor da construção de uma política internacional de caráter institucionalista, baseada nos próprios preceitos e valores defendidos pela alta política estadunidense. Buscava alcançar uma determinada concepção de paz no Sistema Internacional, alicerçada em um dita missão moral dos povos estadunidenses. Assim, os 14 pontos de Wilson ou 14 pontos para a Paz, teve uma grande importância para a construção da Liga das Nações e propunham uma série de sugestões para a construção de um arcabouço jurídico-normativo-diplomático para as relações entre os Estados. Como se verá a seguir, isso não se concebeu isento de uma perspectiva de calçamento das bases para o esquecimento dos EUA como potência hegemônica.

vão afirmar enquanto cisão dos aspectos internos e externos da organização política moderna. No seio dessa celeuma, pressupõe-se uma relação baseada ou no principado da força ou no da lei.

Assim, o Estado, entendido como um agente monolítico, se constituiria de uma dimensão interna e outra externa que, a depender do autor utilizado como recurso (não restringindo-se aos autores do realismo político), reger-se-ia através do conjunto normativo-legal e/ou recursos de poder bélico e coercitivo, cada uma. Em síntese,

Encontramos em Maquiavel, Hobbes e Kant três respostas originais e homólogas, mas diametralmente diferentes em suas configurações substantivas, para a duplicidade do Estado moderno. (...) Afirmam, primeiramente, tratar-se do Estado a principal instituição política moderna, e, segundo, que a instituição estatal se decompõe em duas faces, uma interna e outra externa, diversas mas complementares. O que diferencia substancialmente tais doutrinas (além dos óbvios caracteres metodológicos que aproximam os contratualistas Hobbes e Kant e os separam ambos do historicismo de Maquiavel) trata-se do fato de que os três se alternam exatamente quanto ao meio legítimo que preconizam para a ação em cada dimensão (interna ou externa). (SALATINI).

Tendo isso como base, o conjunto de escolas ou tradições de pensamento das relações internacionais assumem a existência de uma dada especificidade da dimensão externa em relação à interna. No âmbito do realismo, de tradição hobbesiana, “las ideas de moralidad o de legalidad son ajenas al ámbito internacional, a diferencia de la sociedad interna, a no ser que se trate de la propia moral del estado” (BARBÉ, 1995, p. 47).

O entre-guerras, principalmente, foi o pano de fundo que orientou os rumos tomados pelos debates acadêmicos das relações internacionais, além de seu aspecto político. O momento, de fato, era propício para que o calor das análises factuais e fenomênicas se sobrepunha às análises tidas como idealistas da realidade mundial. Deste modo, a realpolitik torna-se o paradigma mais conveniente para analisar o fracasso da perspectiva normativa-jurídica que vingara até então. O utilitarismo liberal era, portanto, sobreposto por um pragmatismo - também utilitarista - no qual a dimensão externa do Estado, prezaria pela segurança, pelo equilíbrio de poder e pela autopreservação em um contexto no qual a energia potencial - energia em equilíbrio - tendia para a guerra de todos contra todos - analogamente sua energia cinética. O Estado apresentava-se como a incorporação profana de seres humanos que, se não fora o contrato social, naturalmente por-se-iam em guerra. De tal maneira,

uma das principais premissas do realismo clássico é, em suma, que as relações humanas e, em última instância, as Relações Internacionais são

centradas no poder, tendo a lógica da dominação como seu combustível. (...) Ademais, o Estado nacional atua, racional e utilitariamente, como ente autônomo, possuindo seus próprios interesses dentro de um sistema de Estados soberanos direcionado por uma agenda externa ora conflitante, ora em sintonia e harmonização conveniente. Tanto os elementos tangíveis e intangíveis de poder e de influência também dependem diretamente ao projeto nacional de longo prazo: a vontade nacional, a habilidade diplomática, o suporte popular ao governo (legitimidade) (CASTRO, 2012, p. 317).

Hans Morgenthau, com seu realismo neoclássico, é a expressão de grande envergadura desse imbricamento do utilitarismo pragmático e a política de Estado. Seus estudos não só foram fundamentais para o resgate e a atualização do realismo, mas também como ferramenta para o delineamento de uma política externa estadunidense no período da Guerra Fria (Barbé, 1995). Com sua notável obra "Política entre as nações", Morgenthau atualiza o realismo clássico para um contexto marcado por uma hostilidade bélica em um mundo polarizado - principalmente por um projeto societário que punha em risco a hegemonia do modo de produção capitalista.

O mundo pós-guerra inicia o período da era nuclear das Relações Internacionais. As duas bombas nucleares em Hiroshima e Nagasaki revelam para o mundo a força, o thanatos, diante dos impressionantes avanços nas telecomunicações, na medicina, nas ciências aeronáuticas e espaciais (...). A ideia central dos estudiosos é que as Relações Internacionais são focalizadas no poder, no interesse e na força dos Estados centrais. A hegemonia e a hierarquização dos Estados são premissas fundamentais. (CASTRO, 2012, p. 323).

Consequente, o professor da Columbia University, Kenneth Waltz, dará outro salto na abordagem neoclássica do realismo. Com, principalmente, as obras "Man, the State, and War: a theoretical analysis" (1959) e "Theory of International Political" (1979), era lançado um manifesto pela reafirmação da perspectiva estadista-militarista no paradigma das relações internacionais, embora recorrendo a outros elementos. Novos temas foram tratadas sob esse escopo como meio a remediar as contestações que haviam surgido no período imediatamente anterior com alcunha de revolução científica por meio da consigna de behaviorismo⁵.

Dentre as contribuições para os estudos teóricos das relações internacionais, o grande salto foi certamente o que diz respeito ao que Waltz caracterizou como as três imagens que explicariam as Relações Internacionais. Nela, o autor tem como

⁵ "A partir de 1960, o behaviorismo apareceu como uma alternativa às RI ortodoxas, como outras áreas das ciências sociais nos níveis metodológicos e conceitual. Desta maneira, a nova escola "científica" das relações internacionais, quase exclusivamente americana, buscou afastar-se dos usos tradicionalistas da história e de termos políticos ortodoxos como "Estado", em direção a um novo estudo quantificado e do que podia ser observado, isto é, do comportamento que, neste caso, eram os processos e os relacionamentos internacionais". (HALLIDAY, 2007, p. 26)

objetivo sintetizar as explicações dadas às perguntas sobre a origem da guerra, sendo elas: 1) a natureza humana; 2) a estrutura interna dos Estado e; 3) a anarquia internacional, sendo reservada exclusivamente a esta última a explicação mais fidedigna à pergunta. Assim, as questões internas dos Estado – imagens dois e três – deveriam ser dissociadas da terceira imagem para o estudo das relações internacionais (HALLIDAY, 2014, p. 46).

Waltz é incisivo ao se colocar do outro lado ao dos institucionalistas e liberais. Sua perspectiva reafirma a centralidade do poder e da aspiração militar em um ambiente internacional anárquico em detrimento daqueles que defendiam a obsolescência do Estado, a interdependência e as instituições como hitos de uma nova era do sistema internacional.

Muito embora, tenha-se optado aqui por iniciar esse prólogo pelo realismo, dada a longevidade do pensamento da centralidade do Estado, foi o liberalismo quem primeiro assentou as bases para a consolidação acadêmica das Relações Internacionais. Retomaremos seus principais aportes para, em seguida, tomar voo para horizontes mais férteis.

1.2. OS LIBERALISMOS E A QUESTÃO INTERNACIONAL

Como já se mencionou acima, as Relações Internacionais como disciplina têm como ponto de partida um mundo dilacerado pela Primeira Grande Guerra Mundial. Foram múltiplas as perguntas e respostas colocadas sobre esse ponto, em específico, e as experiências sangrentas precedentes experimentadas entres as nações em plano internacional, em geral. Duas destas precisam ser relevadas, de um lado, a resposta soviética à guerra, em pleno curso da Revolução de Outubro que sacudira o mundo. Os termos eram precisos

Una paz justa y democrática para la sedienta mayoría de trabajadores cansados, atormentados y agotados por la guerra y de todas las clases trabajadoras de todos los países beligerantes es una paz que los obreros y campesinos rusos han exigido tan fuerte e insistentemente desde el derrocamiento de la monarquía del zar, tal paz que el gobierno considera una paz inmediata sin anexiones (es decir, sin la toma de territorio extranjero y la anexión forzosa de nacionalidades extranjeras) y sin indemnizaciones. (LÊNIN, 1970).

Além de uma perspectiva duramente anticolonial, os debates travado pela Revolução Russa, de 1917, abalaram o mundo, para parafrasear o famoso clássico de John Reed. Podemos elencar, por exemplo, a inclusão de alguns direitos sociais e trabalhistas junto às negociações do Tratado de Versalhes, além da criação de uma

organização internacional do trabalho (BANDEIRA, 2017). A guerra para os revolucionários russos era vista como repartição inter-imperialista do mundo e que caber-lhes-ia aos russos centrarem seus esforços no erguimento da nova organização política que resultava dali. Além disso, representava a disputa de uma nova ordem mundial que ecoaria por mais de seis décadas seguintes, afinal “o comunismo era um inimigo muito mais radical do que o fascismo jamais havia sido: não um membro extravagante da família de sistemas políticos que respeitavam a propriedade privada dos meios de produção, e sim uma força alienígena dedicada a destruí-la” (ANDERSON, 2015, p. 25). Inicialmente, esse debate teria como personagem antagônico, Woodrow Wilson.

Presidente dos Estados Unidos da América a partir de 1912, Wilson representaria um polo da redefinição do mundo do pós-guerra. Seus 14 pontos, outrossim, foram determinantes, em contraposição ao Decreto da Paz leniniano, para emoldurar o sistema internacional – embate que inauguraria um longo período de hegemonia de Rússia e Estados Unidos como grandes *players* das relações internacionais. Foi a partir das contribuições de tal documento do chefe de estado estadunidense que se ergueu um grande arcabouço jurídico-normativo para regular a suposta inerente anarquia do ambiente internacional. Assentada em uma perspectiva kantiana da paz perpétua, a Liga (ou Sociedade) das Nações seria o culme dessa razão.

Esse projeto de ordem mundial era reflexo da ambição dos Estados Unidos da América em liderar o mundo ao passo que substituiria a descendente hegemonia inglesa. Dessa forma, Wilson traria

uma reviravolta convulsiva na trajetória da política externa norte-americana (...). Como nenhum outro presidente antes ou depois dele, Wilson deu voz, em tom messiânico, a cada acorde de presunção no repertório imperial. A religião, o capitalismo, a democracia, a paz e o poder dos Estados Unidos eram um só. (ANDERSON, 2015, p. 12).

É nesse contexto que surge um grande construto político-jurídico sobre o qual se erguerá as relações internacionais logo no seu surgimento. As instituições, o regime, as normas, os tratados e os procedimentos de negociações seriam as responsáveis por manter a paz e obstaculizar a iminente beligerância (HALLIDAY, 2007). É a vigência da perspectiva liberal dos estudos teóricos das relações internacionais.

Assim, como aparente contraponto ao realismo em suas diversas facetas, ditos autores o paradigma liberal das relações internacionais, cujo os autores clássicos são aqueles que advogavam contra a perspectiva pessimista da natureza humana – a despeito de um caráter egoísta no seu estado natural –, aderindo a uma certa abordagem que prezaria pela “lógica da boa fé, da cooperação, da interação normativa e igualitária” (CASTRO, 2012, p. 340).

São fundadores da tradição clássica dessa escola, autores como Locke e Kant, tal como Adam Smith e David Ricardo, muito embora imputam-lhes a este dois últimos apenas o lugar de teóricos economistas.

No campo das relações internacionais, o liberalismo só ganhou grandeza acadêmica meados do início do século XX, após a segunda, pois, até então a preocupação central deste paradigma dizia respeito à natureza do Estado e sua relação com os indivíduos e a sociedade (NOGUEIRA e MESSARI, 2005), sem necessariamente convergir para uma coerência dura, mas que apresenta alguns principais elementos definidores. O principal deles é justamente o papel do Estado - um mal necessário e uma ameaça em potencial – na proporção de segurança para o exercício da liberdade dos indivíduos e a construção de uma sociedade ordenada – para o pleno exercício do comércio.

A ideia central, aqui, é a de que as sociedades bem-ordenadas tendem a ser autorreguladas, ou seja, são capazes de corrigir, por meio de instituições e processos inerentes a sua organização, desequilíbrios, ineficiências e crises que ameacem sua existência e reprodução. Os liberais acreditam que a razão humana pode formular princípios filosóficos, morais e políticos que façam com que as instituições de uma sociedade atuem sempre no sentido do equilíbrio e da autorregulação. (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 60)

Há uma percepção para o paradigma liberal de que a democracia seria uma propulsora da paz entre nações. Assenta-se principalmente nas primícias da *pax perpétua* kantiana, que visava o recurso às negociações e ao direito internacional de modo a constranger qualquer propensão à guerra (CASTRO, 2012).

O liberalismo, no entanto, sempre esteve em uma corda bamba com uma realidade insistentemente belicosa, logo após a Primeira Guerra a despeito de todos os esforços para um primeiro desenho formal de uma instituição internacional que arbitrasse o relacionamento tempestuoso entre os entes estatais, a ascensão da Alemanha nazista jogou um banho de água fria nas aspirações de dotar – pelo menos no plano teórico – a anarquia internacional como um ambiente propício à cooperação e ao livre mercado.

A prevalência da concepção kantiana em que a República era o tipo ideal de organização política no qual se prevaleceria a paz e a democracia ofuscou a ascensão de um força política estatal que se propunha a desafiar as normas, os procedimentos e os costumes do direito internacional em vias de estruturação formal. A Alemanha nazista, à semelhança da França do cardeal Richelieu⁶, ainda no século XVII, superdimensionava a instrumentalização do Estado, seja em sua dimensão interna quanto externa.

Sem embargo, o liberalismo, apesar dos percalços, ergue-se como paradigma relevante em meio ao debate com o realismo. Na década de 70 e 80, releva-se meios a diversas expressões, as quais não temos intenção de esmiuçar aqui. Tratava-se, dentre outras, das teorias da interdependência, do funcionalismo, do neofuncionalismo e do transnacionalismo. Washington passaria a estabelecer as ordens políticas e econômicas do mundo e coroaria o neoliberalismo como modelo triunfante de se reger as sociedades.

O realismo, como uma extensão do realismo clássico, se coloca ao lado do neoliberalismo para explicar a realidade. Embora antes fossem vistas como perspectivas distintas, com o tempo se complementaram, ambas defendendo e explicando a estrutura e o processo do status quo capitalista.

1.3. O INTERNACIONAL PARA ALÉM DO TRADICIONALISMO

Na altura desse breve voo de águia sobre a aridez do que se convencionava como tradicional nas teorias das relações internacionais, colocamo-nos na fronteira de terras mais férteis do debate que o presente estudo inicial se propõe tratar. Um apanhado geral dessas duas escolas nos coloca alguns pontos fundamentais para

⁶ Não há nesse paralelo intenção alguma, tal qual a filósofa francesa Simone Weil, de tencionar à experiência de centralização do poder francês para que lhe seja páreo o radicalismo hitleriano ou, tampouco, de incumbir as diferentes formas de violência de uma isonomia rasa. Ao contrário, sobre uma leitura crítica sobre a questão da violência, segue-se as ponderações de Domenico Losurdo (2012, p. 152) para o qual "(...) ao recusar a hierarquização das diferentes formas de violência, a filósofa francesa vai muito além do Gandhi no início do segundo conflito mundial. Em todo caso, a tendência em ler a modernidade como expressão de violência e a conseguinte dificuldade de orientação entre as diferentes formas de violência unem duas personalidades. Em 1939, Weil reconhece em Richelieu "o primeiro precursor de Hitler depois da antiguidade". Assim, o protagonista da repressão impiedosa à aristocracia feudal, que por sua vez oprimia os servos da gleba, é comparado ao Führer, empenhado em reduzir povos inteiros, já dizimados, à condição de escravos a serviço da raça dos senhores. A confirmação ulterior a incapacidade de compreender a radicalidade do programa do III Reich emerge da afirmação segundo o qual o "racismo" hitleriano não seria muito diferente do "nacionalismo" costumeiro".

refletir sobre os caminhos que seguiram tradicional e formalmente os estudos sobre o internacional.

Basta olharmos para o contexto e as consequências imediatas dos assédios teóricos sobre a realidade internacional. A Sociedade das Nações, para além de sua ineficácia em pôr-se como agente moderador da cena política sobre os Estados, continha em sua constituição um carácter explicitamente coerente com os preceitos coloniais daquele momento.

(...) a Sociedade das Nações (...) nem disfarçava sua adesão à ideologia e à prática do colonialismo. Dois artigos eram particularmente reveladores: o art. 21 consagrava a legitimidade da doutrina Monroe, que, na interpretação de Theodore Roosevelt de alguns anos antes, outorgava aos Estados Unidos um “poder de polícia internacional” na América Latina, reduzida, assim, à categoria de colônia ou semicolônia pelo grande irmão estadunidense; o art. 22 atribuía às potências vencedoras da I Guerra Mundial o “mandato” isto é, a “sagrada tarefa” de guiar os povos que ainda estavam à altura da “civilização hodierna” (Schmitt, 1988, p. 168 e 164”). (LOSURDO, 2012, p. 333).

Nesse aspecto, a primeira experiência de instituição internacional construíra-se mediante um cálculo cuja assentaria as bases formais para a hegemonia das grandes potências coloniais, que não era outra coisa senão as potências capitalistas. Principalmente, dizia-se respeito a um desenho do mundo aos cuidados da ascendente primazia estadunidense.

Wilson se encarregara, com seus 14 pontos, de assegurar tanto a política de Portas Abertas, com a qual se propagaria mundialmente uma política econômica a serviço dos EUA com “a remoção, tanto quanto possível, de todas as barreiras econômicas”; e que a descolonização se mantivesse longe horizonte do *pactum societatis* internacional a ser discutido. Assim, propunha um ajuste imparcial e não “a abolição de todas as reivindicações coloniais” (ANDERSON, 2015).

Esse ensaio wilsoniano desembocaria, embora não linearmente, em dois aspectos da Política Externa estadunidense.

A primeira, algumas décadas depois, seria os planos de Roosevelt para o período imediato ao pós Segunda Guerra, que defendia que o “mundo deveria ser transformado em um lugar seguro para o capitalismo em geral; e, dentro do mundo do capitalismo, os Estados Unidos deveriam reinar supremos” sob a bandeira da democracia liberal (ANDERSON, 2015, p. 23).

esse foi o verdadeiro advento do imperialismo norte-americano, bem compreendido – não uma consequência natural do expansionismo incremental dos de baixo, vindo do passado, mas a cristalização súbita de um

projeto dos de cima para refazer o mundo à imagem e semelhança dos EUA. (...) Em 1945, com seu território intocado pela guerra, os Estados Unidos tinham uma economia três vezes maior que a da URSS e cinco vezes maior que a da Grã-Bretanha, controlavam metade da produção industrial do mundo e três quartos das suas reservas de ouro. As bases institucionais de uma paz estável teriam de refletir essa predominância. (ANDERSON, 2015, p. 28).

A segunda, nos marcos dos anos 60 e 70, após o quadro que consolidaria os EUA como uma avançada potência industrial, seria a síntese, de um lado, do liberalismo, que visava “chamar a atenção do mundo para os valores que a nação preza – democracia, livres mercados, direitos humanos e abertura internacional”; e, por outro, do realismo, com fim a “manter os Estados Unidos seguros e prósperos”. Desse modo, o tensionamento da política de Portas Abertas não se realizaria sem também uma política militarista forte.

Robert Art, que fora um estrategista do Pentágono, apontava os interesses estadunidenses como de dois tipos: aqueles vitais e outros desejáveis. Dentre os de primeiro tipo temos “a segurança da pátria contra as armas de destruição em massa, a preservação de grandes conflitos de poder na Eurásia, um fluxo constante de petróleo da Arábia”; os de segundo tipo são “a preservação de uma ordem econômica internacional aberta, o fomento da democracia e da defesa dos direitos humanos, a proteção do meio ambiente global” (ANDERSON, 2015, p. 240). Nesse aspecto, percebe-se que ambas as escolas do pensamento político, na prática, eram faces de uma mesma moeda, cuja difusão da lógica liberal dar-se-ia mediante uma política de segurança e de um Estado forte – pelo menos aqueles Estados do centro capitalista e, principalmente, os Estados Unidos.

A arte de governar a política e a economia norte-americana não poderia ser bem-sucedida sem a projeção do poder militar no exterior para moldar os acontecimentos, não apenas para reagir a eles; para dar forma a um ambiente, não apenas para sobreviver em um. (ANDERSON, 2015, p. 242).

Diante da afirmativa de que arquitetura do sistema internacional se construía por intermédio da tutela estadunidense, voltemos ao fato de que, inicialmente, a construção do Tratado de Versalhes e o anúncio dos 14 pontos de Wilson se fizeram a partir de um antagonismo com a denúncia da Revolução de Outubro sobre os acordos secretos das potências do Velho Mundo e os Estados Unidos e do imperialismo que isso trazia consigo. Essa abordagem é de suma importância principalmente ao considerarmos o impacto da queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas para os países do Terceiro Mundo e de capitalismo tardio. Ao fim e a cabo, “o colapso do colonialismo clássico acompanhava-se da “constituição do

aparato de força ocidental mais amplo e potencialmente destrutivo que o mundo já conheceu” (ARRIGHI, 2000 *apud* LOSURDO, 2015, p. 459).

Partir da questão do imperialismo como categoria axial para se pensar as relações internacionais contemporâneas nos fornece umas outras bagagens filosóficas, políticas, econômicas e sociais para superar as máximas tradicionalistas dos estudos sobre o internacional. Como já dito, as principais escolas que dominaram e dominam a área, embora diverjam sobre a forma como alguns aspectos serão elencados, partem das mesmas primícias elementares sobre o poder, o Estado e a política. Novos elementos de velhos pressupostos que asseguram a continuidade do *status quo*.

Destarte, urge assentar essa organização política tomada com tamanha naturalidade pelas correntes *main stream* das Ciências Sociais, no geral, em bases históricas. Na contramão, a a-historicidade nas relações internacionais, por exemplo, não foi exceção pontual nos seus principais estudos teóricos. Segundo Halliday (2014, p. 48), no âmbito do realismo, além da abordagem a-histórica, Waltz também teria pecado ao construir uma

teoria abstrata que iguala o sistema de Estados contemporâneos e a sua formação a outros processos históricos que ocorreram no período entre a Grécia do século IV AC e a época pós-45. A suposição feita por ele e muitos outros escritores de relações internacionais é a de que existia um “sistema internacional” antes dos Estados modernos, ou nações, ou da emergência do mercado internacional. (...) Se [por exemplo] a afirmação de Waltz sobre a raridade do Estado é tomada como uma característica da estrutura que ele está discutindo, então esta estrutura é, na verdade, uma criação bastante recente, posterior à emergência de um sistema internacional na Europa do século XVII e ao fim do colonialismo. Esta perspectiva a-histórica é reforçada pela ausência de qualquer história sobre o próprio sistema e em particular sobre as origens do sistema estatal contemporâneo no período pós-medieval e a sua relação com a ascensão do capitalismo.

Portanto, as teorias das relações internacionais não podem ter os desenvolvimentos imperialistas do final do século XIX e seu desenrolar no século XX como fatos meramente assessoriais. O verbete “imperialismo” aparece explicitamente na obra de Morgenthau, porém apresentando significado não fiel àquele proferido originalmente por Vladimir Lênin – que, ressalta-se, inclusive dos teóricos avessos ao marxismo ou qualquer perspectiva emancipatória⁷ –, que ganhou grande notoriedade seja nos embates acadêmicos ou políticos. Na obra do primeiro, essa

⁷ Lênin resgatou e radicalizou os argumentos constantes na obra “O Imperialismo e a economia mundial”, de Nikolay Bukharin (1915); “O imperialismo”, de John A. Hobson (1902); “O capital financeiro”, de Rudolf Hilferding (1910); e “A acumulação do capital”, de Rosa Luxemburgo (1913).

categoria ganha certo matiz de uma proposta amoral da política na arena internacional, com tons positivados⁸. Se nos debruçarmos, no entanto, na obra do segundo poderemos compreender o que se trata, em profundidade, uma proposta de análise do internacional, no qual o *status quo* defendido pela *Realpolitik* era afrontada por uma profunda e complexa análise da realidade mundial. O que aparece como uma necessidade inevitável na obra do primeiro, ganha e de seus predecessores, no segundo, contornos críticos sobre as particularidades econômicas e políticas do capitalismo que se apresentava na transição do século XIX para o XX.

O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior (...). O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do *rentier* e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de poder financeiro em relação a todos os restantes. (...) A época do capitalismo contemporâneo mostra-nos que se estão estabelecendo determinadas relações entre os grupos capitalistas com base na partilha econômica do mundo, e que, ao mesmo tempo, em ligação com isto, se estão estabelecendo entre os grupos políticos, entre os Estados, determinadas relações com base na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na luta pelo território econômico. (LÊNIN, 2010, p. 74)

Eis os termos preliminares de um debate frutífero a que pode se encaminhar os estudos teóricos das relações internacionais. Não exacerbar, como fraseologia, a questão do Imperialismo para uma explicação mecânica da interação das dimensões internas e externas do Estado, senão tomá-lo como um fundamento com riqueza de elementos para serem contrapostas com as teorias vulgares sobre a realidade social, também no âmbito do internacional. Nesse sentido, cabem algumas considerações de método que precedem a concepção do imperialismo – a análise do mundo pelas lentes do materialismo histórico-dialético – para, em seguida, tecermos algumas considerações sobre o Estado, a educação e como estes estão intrínsecos a uma ou outra concepção sobre o internacional, seja na sua faceta real-concreta, seja em sua parcela teórica.

2. A TEORIA MARXISTA E A QUESTÃO INTERNACIONAL

*O mundo não terá fronteiras
Nem estados, nem militares para proteger estados
Nem estados para proteger militares prepotências
Quando os trabalhadores perderem a paciência.*

Quando os trabalhadores perderem a paciência - Mauro Iasi

2.1. A COGNOSCIBILIDADE DO MUNDO E DA VIDA SOCIAL

Antes de prosseguir, precisamos examinar o pensamento que nos permitirá questionar os limites das teorias tradicionais e explorar a relevância do marxismo para as Relações Internacionais. Este enfoque busca emergir do impasse teórico imposto pelos paradigmas tradicionais, que promovem uma visão inalterável do mundo. Tentaremos introduzir os princípios do materialismo histórico-dialético como uma base científica alternativa para os estudos das relações internacionais.

Primeiramente, é importante destacar que as relações internacionais, em suas análises tradicionais, frequentemente abordam questões que envolvem a natureza humana. Isso nos obriga a iniciar também desse ponto para redirecionar o foco sobre o qual elas se baseiam. Isso ocorre porque as relações internacionais são também construídas a partir de perguntas sobre os problemas mais amplos da humanidade, marcando um novo período para a sociedade desde a centralidade da Era da Razão, ou a Era das Luzes. As questões envolvendo a relação entre o ser e o pensar, a governança da vida humana e natural, entre outros temas, surgem num contexto de discussões filosóficas e políticas influenciadas por pensadores como Descartes, Comte e Platão.

Nesse aspecto, as primeiras respostas partiram de preceitos religiosos, que condicionavam a existência de tudo a aspectos sobrenaturais e foram, no decurso da história, deparando-se com perguntas das mais diversas complexidades, de tal modo que requereu-se respondê-las à guisa de acepções mais sistematizadas, rigorosas e de conjunto. Isso se refere aos primórdios do pensamento filosófico, que teve grande notoriedade com a filosofia clássica grega, que data de VII a.C e o início do século VI a.C.

Não será objeto deste breve parênteses esmiuçar o decurso do pensamento filosófico – majoritariamente referenciado no Iluminismo, na modernidade e na história

eurocentrada –, senão apenas utilizar-se de referências fundamentais de sua forma moderna, representada principalmente na filosofia alemã, importante para o seguimento do raciocínio proposto por este trabalho.

A principal escola de pensamento nesse âmbito era a da filosofia hegeliana,⁹ contextualizada na Alemanha do século XIX. Seu pensamento constituiu uma grande revolução na abordagem filosófica de então, e torna-se importante, sobretudo, por duas questões fundamentais: de um lado, por atrelar o real ao racional – o que afronta o pensamento místico de um período ainda marcado pela descendência da teleologia como definidora da reflexão –; e, de outro, por ter afirmado, diferentemente ao que era comum até o momento, que o Estado era a razão. Em contramão do que afirmava tradição filosófica até então, a exemplo de Immanuel Kant, a razão já não mais se assentava no indivíduo, dada a repulsa dos intelectuais orgânicos da burguesia da época em relação ao Estado – que se recorda e estava personificada na imagem do Soberano absolutista (MASCARO, 2015).

Disso se desprendem alguns elementos que nos serão úteis. O primeiro diz respeito à ascensão da filosofia conjuntamente com a classe que lhe daria corpo – a burguesia. O segundo, intrínseco ao primeiro, é a da afirmativa de um pensamento que não mais seria alheio ao Estado. Assim, a filosofia hegeliana

mostra a transitoriedade de tudo e em tudo, e nada subsiste ante ela senão o ininterrupto processo do devir e do perecer, da ascensão sem fim do inferior ao superior, de que ela própria é mero reflexo [*Widerspiegelung*] no cérebro pensante. Ela também tem, é certo, um lado conservador: ela reconhece a justificação de determinados estádios do conhecimento e da sociedade para o seu tempo e circunstâncias (...). A humanidade que, na pessoa de Hegel, chegou à elaboração da Ideia absoluta tem também, na prática [*praktisch*], de ter chegado ao ponto de poder pôr em execução essa Ideia absoluta na realidade. As reivindicações políticas práticas da Ideia absoluta perante os contemporâneos não devem, portanto, ser demasiado ambiciosas. E, assim, encontramos em conclusão da *Rechtsphilosophie* que a Ideia absoluta se deve realizar naquela monarquia de estados [*ständische Monarchie*] que Frederico Guilherme III tão obstinadamente prometeu em vão aos seus súbditos, por conseguinte, numa dominação indirecta, limitada e moderada, das classes possidentes, adaptada às condições pequeno-burguesas alemãs da altura; pelo que nos é ainda demonstrada, por via especulativa, a necessidade da nobreza (ENGELS, 1982).

É necessário, no entanto, resgatar de Hegel o que tem de mais valioso em sua obra, sua concepção, em plena transição de uma filosofia idealista para uma ideologia materialista, da centralidade da história, do sujeito político e da luta de classes. O pensamento hegeliano dá força a um processo de compreensão do real no

⁹ Georg Wilhelm Friedrich Hegel foi um filósofo alemão que nasceu em 1770, em Stuttgart.

qual o presente é dissolvido num movimento de transformação. Um presente não como dado, estático e petrificado ou apenas como reflexo de uma natureza metafísica da realidade. O idealismo alemão, na figura desse filósofo, contrapor-se-ia frontalmente com o realismo, e a dialética hegeliana trata-se do desenrolar da consciência através da história. Uma afronta direta as primícias a-históricas da filosofia precedentes e até aquelas contemporâneas a ele (ou até nós mesmos), pois aqui o mundo não é meramente uma consequência da natureza pura, senão, conforme nos recorda o filósofo cubano Félix Valdés García (2017, p. 40), p. 40) “la idea es el ser outro, el mundo transpuesto, subjetivado en la consciencia”. No entanto, adotaria determinada a-historicidade em relação à Natureza, à medida que esta última seria mera exteriorização da Ideia.

Precisamente, o sistema construído por Hegel poderia permitir, como afirma Engels (1982)

abundante espaço para o alojamento das mais diversas visões de partido práticas; e, na prática, na Alemanha teórica daquela altura, havia, antes do mais, duas coisas: a religião e a política. Quem pusesse o peso principal no sistema de Hegel podia ser bastante conservador em ambos os domínios; quem visse o principal no método dialéctico podia, tanto religiosa como politicamente, pertencer à oposição mais extrema.

A chave, portanto, assenta-se na compreensão da dialética para a história, tema que é colocado à prova ainda mais consequente sob os domínios do também filósofo alemão Ludwig Feuerbach (1804-1872), considerado um “outsider da filosofia alemã”, segundo Gyorgy Lukács (2012). Feuerbach é fundamental no confronto teórico-político ao sistema idealista de Hegel. Feuerbach emergira frente à incipiência da reflexão hegeliana em relação ao estado de coisas políticas que se apresentaram naquele tempo. O cume foi a associação de uma ala do hegelianismo ao trono de Frederico Guilherme IV, o qual tornou inevitável uma ruptura a essa ala por aqueles que não assumiram a posição reacionária desse sistema filosófico (ENGELS, 1982).

Em Hegel, a dialética está diretamente vinculada à noção de um movimento de abstração conectado com uma dimensão do sensível, do espiritual. Portanto, um construto humano de elevação interior sobre a realidade a ser compreendida, intelectual. Essa dimensão do entendimento da dialética como inerente ao campo sensitivo, sensorial, dimensiona, no tempo da filosofia de Hegel, uma conformação que está em transição entre o processo religioso que vigorava e entrava em bancarrota em sua era, e a nova fase mediada pela ascensão da burguesia. A

compreensão do mundo dividido entre proprietários e não proprietários, donos de terras e servos, amos e escravos, fazia com que Hegel, na dimensão dual entre um ou outro polo, referenciasse a dialética como pontos equidistantes.

Em *Fenomenologia do espírito*, obra de 1807, em que o filósofo reitera (HEGEL, 1992, p. 138):

O dialético, como movimento negativo, tal como é, imediatamente, revela-se de início à consciência como algo a que ela está entregue, e que não é por meio da consciência mesma. Como cepticismo, ao contrário, o movimento dialético é momento da consciência-de-si - para a qual [já] não acontece, sem saber como, que desvaneça seu verdadeiro e real. Pois é essa consciência-de-si que na certeza de sua liberdade faz desvanecer até esse outro que se fazia passar por real; e não só o objetivo como tal: também sua própria relação com ele, na qual vale e é valorizada como objetiva. Assim também [faz desvanecer] seu perceber, como igualmente seu consolidar do que estava em risco de perder-se: a sofistaria e seu verdadeiro determinado e fixado por sua conta.

Também posteriormente em *Princípios da Filosofia do Direito* (1821), Hegel, ao advogar sua posição acerca da dialética diferenciando-se de seus predecessores argumenta (1997, p. 33):

A dialética superior do conceito consiste em produzir a determinação, não como um puro limite e um contrário, mas tirando dela, e concebendo-o, o conteúdo positivo e o resultado; só assim a dialética é desenvolvimento e progresso imanente. Tal dialética não é, portanto, a ação extrínseca de um intelecto subjetivo, mas sim a alma própria de um conteúdo de pensamento de onde organicamente crescem os ramos e os frutos. Enquanto objetivo, o pensamento apenas assiste ao desenvolvimento da ideia como atividade própria da sua razão e nenhum complemento lhe acrescenta da sua parte.

Hegel é, sem dúvidas, fascinante no processo de historicização da conflitividade de seu tempo. E como tal, na transição entre dois universos para parafrasear Marx, entre o velho que não morreu e o novo que não nasceu, o filósofo redimensiona a dialética para a historicidade dos conflitos, sem, contudo, renunciar a uma essência humana, uma natureza boa ou ruim.

José Paulo Netto, uma das mais importantes referências em pensamento filosófico e método em Marx, reitera o seguinte (2011, p. 334):

Na entrada da Modernidade, ela se constituiu como pedra angular do pensamento de Hegel, um filósofo que é, até hoje, para muitos, um pensador enigmático ou, no limite, cheio de obscuridades. Para Hegel, o que era dialética? De forma muito breve, pode-se dizer que era um modo de pensar o mundo, um 'método'. Em Hegel, esse método constitui uma superação da grande tradição intelectual que vem desde Aristóteles. Se você fala em método, logo está pensando em lógica. Aristóteles é o fundador de uma lógica rigorosa que vai ser conhecida nos manuais de filosofia como 'lógica formal', que se funda numa série de princípios e elementos. Um princípio importante, por exemplo, é o da não identidade: A não é igual a não-A. Hegel diria que

essa é uma forma de pensar o mundo que não é falsa, mas é unilateral, insuficiente. Por quê? Porque A, se é diferente de não-A, é simultaneamente igual a não-A. Pode parecer muito confuso, mas o que Hegel está querendo dizer é que o 'mundo é um processo, movimento'. Em Hegel, o ser é processualidade. A dialética para ele, é o método para pensar o mundo enquanto movimento (...). O movimento do ser não é um movimento qualquer: é na verdade um automovimento, ou seja, um movimento que tem a sua força motriz, a sua dinâmica, no próprio ser. E, além de não ser movimento qualquer, é um movimento que tem seu dinamismo fundado na contradição.

É, dessa chave de compreensão da historicidade, processualidade, conflitividade e movimento inerente a um real contraditório que Marx, ao estudar as concepções filosóficas e políticas de Hegel, o superará.

Em uma concepção distinta da de Hegel, Feuerbach entendia como inconcebível qualquer existência fora do ser ou da Natureza tal qual ela é, isto é, fora da realidade vivenciada em si mesma. Na sua crítica à alienação, acentuava que o humano projetava no ser divino, sobrenatural, sua própria humanidade. Em consequência, essa imaterialidade criada pela materialidade do ser pensante submete a primeira. Era a representação materialista do mundo contra aquela perspectiva que trazia uma originalidade do espírito ante a Natureza. Onde os pés pisam, a cabeça pensa. Essa era uma consigna fundante do pensamento materialista, definido posteriormente por Marx e Engels, na obra *a Ideologia alemã*, como materialismo vulgar.

No entanto, apresentava-se também no pensamento de Feuerbach resquícios do solo idealista, que nos termos de Engels (1982), referencia que este filósofo em sua concepção materialista

permaneceu a meio caminho, foi, por baixo, materialista [e], por cima, idealista; (...) agarrou-se com força à Natureza e ao homem; mas, Natureza e homem permanecem, nele, meras palavras. Nem acerca da Natureza real, nem acerca do homem real, ele nos sabe dizer algo de determinado”.

Portanto partindo desses dois grandes referenciais da filosofia alemã, tanto Karl Marx, como Frederich Engels, avançam em sua concepção acerca do método. Marx, em especial, recuperando de Hegel a dimensão inicial de dialética “e a concepção teleológica da história humana”; e de Feuerbach seu humanismo naturista (GORENDER, 2013), avança para uma reflexão superadora que gera, ao mesmo tempo, um novo campo filosófico-político: a filosofia da práxis. Assim, partindo da concepção hegeliana, mas superando-a, Marx *começa a refletir sobre o que é a sociedade capitalista, percebendo que o problema do mundo não está no Estado. Ao*

contrário, para ele o Estado “pode ser a razão, mas a razão da burguesia” (MASCARO, 2015, p. 17).

De Hegel à Marx, a filosofia ganha enorme riqueza, principalmente por propiciar uma abordagem não para determinar qualquer natureza ou critério eterno para a existência da vida, mas sim como método para compreender a historicidade manifesta no transcurso de uma produção objetiva de mundo, ancorada no poder do capital industrial, intrínseco à história em um determinado período histórico concreto: os séculos XVIII e XIX. Isso ganha contornos ainda mais interessantes quando se trata do Marx, como veremos em seguida.

Eis um eixo primordial que subsidiará a discussão aqui pretendida. Diferentemente da análise das relações internacionais que tem como princípio a inexorabilidade do Estado, vê-se como fundamental um melhor aprofundamento sobre o que seria este corpo político tão implacável, não por ele mesmo, senão pelo seu desvelamento, de modo a alcançar a espinha dorsal, compreender o metabolismo de suas células histórico-sociais e, com isso, ter uma dimensão das totalidades de sua existência.

Conforme elencado acima, a perspectiva que advoga pela proeminência de uma aparente natureza humana o faz como opção político-ideológica, de modo que tomam como natural não só a necessidade do Estado, mas da exploração e da dominação imanente à sua razão de ser.

Portanto, para o estudo teórico das relações internacionais, a partir desse marco, ganhará outros desafios, outras questões, outras perguntas e as verdades postas como indubitáveis até certo momento titubearão.

2.2. O ESTADO REVISITADO E A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

Com recurso ao que se expôs até aqui, podemos então descrever a abordagem tradicional dos estudos teóricos das relações internacionais analogamente àquilo que Karl Marx (2008, p. 257), designou como a “representação caótica de um todo” em sua importante obra *Contribuição à crítica da Economia Política*, de 1867. Na passagem citada abaixo, que é bem ilustrativa de seu método, Marx analisa que partindo do concreto caótico, do real, da aparência dos fenômenos, nós não conseguimos, acertadamente, apreender o movimento do real na forma de pensamento. Em suas palavras:

Quando estudamos um país determinado do ponto de vista da Economia Política, começamos por sua população, a divisão desta em classes, seu estabelecimento nas cidades, nos campos, na orla marítima. (...) Parece mais correto começar pelo que há de concreto e real nos dados; assim, pois, na economia, pela população, que é a base e sujeito de todo o ato social da produção. Todavia, bem analisado, esse método seria falso. A população é uma abstração se deixo de lado as classes que a compõem. Essas classes são, por sua vez, uma palavra sem sentido se ignoro os elementos sobre os quais repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. Esses supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços etc. Se começasse, portanto, pela população, elaboraria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais estrita, chegaria analiticamente, cada vez mais, a conceitos mais simples; do concreto representado chegaria a abstrações cada vez mais tênues, até alcançar as determinações mais simples. Chegado a esse ponto, teria que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas dessa vez não como uma **representação caótica de um todo**, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas. (...) Esses elementos isolados, uma vez que são mais ou menos fixados e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos, que se elevam do simples, tal como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado universal. O último método é manifestamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (MARX, 2008, p. 257-58, *grifo meu*).

A extensão da citação acima se faz necessária dada a importância desta passagem para o método marxiano como contribuição às ciências sociais, a qual se inclui a disciplina de Relações Internacionais. Nela é possível identificar o que para Marx seria o método correto do pensamento científico representar o concreto, com o afã de superar a sua disposição caótica do contato imediato. É nesta última forma que tradicionalmente são apresentados os estudos das relações internacionais: corriqueiramente sem qualquer referência a suas determinações mais simples, sem referência à substantivação das relações de produção da vida humana que a determina e toda a vida em geral.

E aqui temos o ponto de partida fundamental para escapular dos caminhos confortáveis de representação deste “ente” relações internacionais, em específico, e das ciências humanas/sociais em geral. Trata-se, de uma vez, de deslocar-nos do emaranhado caótico da construção de “verdade” acerca de um real inevitável e de uma liberdade inescrupulosa para assentar-nos em bases que reconstruam o conhecimento sobre a singularidade humana frente à vida instintiva natural.

As relações internacionais, em seus substratos teóricos, partem, no geral, embora supostamente recorram a determinados fundamentos filosóficos no que tange

à natureza humana, de expressões fenomênicas da realidade para suas principais preocupações. Ao contrário, o caminho aqui traçado orienta-se pela afirmação do fenômeno apenas como a parcela do real que nos é visível como propulsor de nosso movimento.

Na passagem citada, o que nos afirma Marx é justamente sobre a impossibilidade de a realidade ser capturada em forma de pensamento a partir de sua representação imediata. Não se pode tomar uma determinada conclusão, por exemplo, sobre a origem e as formas de se deter, por exemplo, a guerra apenas afirmando sua existência inevitável, tampouco recorrendo-se a recursos metateóricos que conduziram a uma compreensão da imprescindibilidade da aparente natureza beligerante humana figurada na suposta neutralidade do Estado. De outra forma, esse contato apriorístico tenderia apenas a uma expressão caótica da realidade e, por conseguinte, a manutenção e vigência de seu metabolismo como natureza própria, nem social, nem historicamente produzida.

Mas então, como deveríamos proceder para termos uma imagem mais rica sobre as relações internacionais em sua complexidade? Recorrendo à sua força motriz, ou melhor, reconhecendo *“as forças motrizes das forças motrizes”*, *recuando “até a fonte material, (...) evidenciando a imediatidade ingênua”*, e se atendo ao *“desenvolvimento histórico e, desse modo, superando a imediatidade”* (LUKÁCS, 2015, p. 84).

Mediação é, portanto, uma categoria de primeira ordem. Para os realistas, trata-se do poderio bélico e demais ferramentas de *hard power* como mediador do equilíbrio de poder; para o liberalismo, a mediação se trataria de todo um arcabouço político-normativo que conduziria os Estados a um indelével ambiente de cooperação – o direito como arma. De outro modo, no materialismo histórico-dialético, o trabalho alienado - fruto da propriedade privada sobre a vida - constitui-se na mediação de primeira ordem entre o ser humano, a natureza e os demais seres – não individualmente, mas socialmente. Desta primeira e principal mediação, depreender-se-ia uma segunda natureza, que seria justamente a sociedade humana (DARCOLETO, 2016, p. 114).

Então, do que se trata, tendo o trabalho alienado e sua contravenção à ordem o trabalho ontológico, como expressões fundantes das relações internacionais em especial quando se conformam a divisão social, internacional e sexual do trabalho. Para o escopo deste trabalho, datamos da transição do feudalismo ao capitalismo e

da afirmação deste último como modo de produção hegemônico nos últimos 261 anos, se contados a partir do advento da revolução industrial clássica inglesa em 1760. Marco, inclusive, de definição de uma concepção de história narrada desde a Europa, submetendo e soterrando todos os demais modos de produção que, ao serem aprisionados na guerra, foram capazes, via acumulação originária, de permitir a tendência contínua à acumulação de capital e do Estado que a referencia (DOBB, 1993; HARVEY, 2004; TRASPADINI, 2016).

Dita discussão poderia ganhar ainda mais profundidade, pois ao serem privados pela capitulação do trabalho, alienando-o, a classe trabalhadora passa a ser submetida a um processo de desumanização. E as mediações, seguintes, originadas da primeira - capital-trabalho - denominadas de segunda ordem ganham status superestimado, em especial no campo das relações internacionais. Assim, por exemplo, “o dinheiro; a produção para a troca; as *variedades da formação do Estado pelo capital* em seu contexto global; o mercado mundial – sobrepõem-se, na própria realidade, à atividade produtiva essencial dos indivíduos sociais e na mediação primária entre eles (MÉSZAROS, 2002 *apud* DARCOLETO, 2016, p. 114, grifo meu).

Desse modo, na forma como é posta pelas vias tradicionais dos estudos teóricos sobre o internacional, o Estado é só o que aparenta ser e o internacional sua consequência imediata em sua dimensão externa. Mas, ao contrário, o que o método marxiano nos ensina é que devemos proceder, no tempo de primazia de um sentido de humano sobre a vida, à luz da mediação de primeira ordem. Como salienta Mascaro (2015, p. 22): “Marx entende, então, que não foi o Estado que criou a sociedade, e sim que ele é resultante de determinada estrutura social. Foi o capitalismo, na verdade, que estruturou essa forma política específica.” Na mesma linha reflexiva constrói Pachukanis (jurista soviético que contribuiu de sobremaneira à crítica do Direito) seu argumento ao dizer, em *Teoria Geral do Direito*, de 1926, o seguinte (p. 38):

O que importa demonstrar então, não é que os conceitos jurídicos centrais possam entrar, a título de elementos constitutivos nos processos e sistemas ideológicos, - o que de modo algum é contestável - mas sim que a realidade social, em certa medida encoberta por um véu misterioso, não pode ser descoberta através desses conceitos. Em outros termos, nós devemos esclarecer a seguinte questão: representarão, efetivamente, as categorias jurídicas, essas categorias conceituais objetivas (objetivas para uma sociedade historicamente dada) e correspondentes a relações sociais objetivas? (...) poderá o direito ser concebido como uma relação social no mesmo sentido em que Marx chamou ao Capital uma relação social?

Na mesma linha argumentativa de Pachukanis, trata a questão o brasileiro Jacob Gorender (2016, p. 57), também atrelado ao método marxiano sustenta que “*o modo de produção da existência material constitui o fundamento ontológico da sociedade humana*” e essa mesma sociedade humana se define por sua estrutura (modo de produção) e superestrutura (formas de consciência social e instituições) que “*se englobam e se articulam em cada formação social*”.

Precisamente, para Marx,

na produção social de suas vidas os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. (...) O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. (MARX, 2008, p. 47)

Nesse sentido, a forma política, tomada como real por si só pela ala tradicionalista da Ciência Política e das Relações Internacionais, a qual apenas resta ao pesquisador determinar suas características, necessita, no entanto, ser explicada a partir de sua estrutura de produção. O Estado, desse modo, é a forma política da sociedade capitalista que não pode generalizar-se na história mecanicamente, tal qual a abordagem vulgar dos economistas e cientistas sociais “que suprimem todas as diferenças históricas e veem a forma burguesa em todas as outras formas de sociedade” (MARX, 2008, p. 264).

Contribuição importante nesse sentido, sobre uma interpretação materialista-histórica do Estado é a do chileno Jaime Osório, autor que busca um sentido de contraposição às leituras, para ele errôneas, sobre o papel do Estado contemporaneamente, assentadas apenas na centralidade da política e não da base estrutural sobre a qual ela está edificada. Suas reflexões sobre tal organização política trazem os elementos que nos ajudam a investigar questões ora esquecidas no arcabouço das ciências políticas e que definem o ente estatal na periferia do capitalismo.

De início, é preciso notar que, para nós, o Estado é muito mais do que dominação de classes. Mas é essencialmente dominação de classes. O Estado é muito mais do que a condensação de relações de poder, mas é fundamentalmente a principal condensação das relações de poder. O Estado é muito mais do que as relações que conformam uma comunidade, mas é essencialmente uma comunidade, porém ilusória. Enfim, o Estado é muito mais do que coerção. Mas é principalmente violência concentrada (OSÓRIO, 2014, p. 17).

Para o autor, existem particularidades que são determinantes na análise do Estado na sociedade capitalista, sendo as principais: 1) transformar interesses particulares em gerais; 2) apresentar-se como comunidade e sintetizar os valores e costumes; 3) núcleo articulador de uma série de redes e relações de poder; 4) agente determinante na produção e reprodução material, ideológica, social e política da sociedade (OSÓRIO, 2014, p. 18). Nessa perspectiva, existem aspectos comuns que perpassam as diversas organizações políticas, mas que ganham contornos do Estado - tal qual concebemos hoje - a partir de sua imbricação ao poder e à dominação de classe.

Nessa perspectiva, entende-se que o Estado se estabelece de forma a mascarar a sua natureza de classe. Embora a sua dimensão política esteja em consonância com o seu princípio econômico, marcadamente expressão do poder político capitalista, ela aparece fetichizada sob o mote de um Estado neutro, universal e isento de interesses.

Nesse sentido, o fetichismo demarcado, primeiro, pela força fantasmagórica da mercadoria e do dinheiro, alcança a representação burguesa do Estado que deve, na força ideológica da classe dominante propagadora de suas ideias como verdades, compreendido como esfera isolada, onipotente, de poder. Por tanto, o caminho de “desfetichização”, a partir da perspectiva marxista, tendo como base a relação trabalho alienado-trabalho ontológico, o Estado aparece e se explica como essa síntese relacional de poder, que está imbricada ao processo de exploração do ser humano pelo ser humano e deste sobre a natureza e os demais seres, no qual o sistema capitalista se estrutura. Ao se aprofundar nos fundamentos dessas relações de poder, apesar de suas especificidades nos âmbitos políticos, econômicos, ideológicos etc., vamos desembocar no poder político e no Estado, não como elementos por si só, mas como esse complexo atravessado por diversas redes de poder.

É importante, nesse meandro, recorrer à outra pergunta de Pachukanis:

Por detrás de todas as controvérsias, está colocada uma única questão fundamental: por que é que a dominação da classe não se apresenta como ela é, ou seja, a sujeição de uma parte da população à outra, mas assume a forma de uma dominação estatal oficial ou, o que dá no mesmo, por que o aparelho de coerção estatal não se constitui como aparelho privado da classe dominante, mas se destaca deste, assumindo a forma de um aparelho público impessoal, separado da sociedade (PACHUKANIS, 2017, p. 143 *apud* OSÓRIO, 2019, p. 22).

Como dimensões de uma mesma unidade, a exploração não vingaria, não fosse através da dominação. Esta última relacionada ao exercício consentido do poder dos dominados pela camada dominante. O poder político se trata desse meandro de dominação e da exploração, que se centraliza na figura do Estado, *locus* de exercício de poder e de onde ele parte. Destarte, a grande problemática da fraseologia acerca de um aparente interesse nacional como se este de fato se propusesse isento das disputas políticas que constituem o poder real na sociedade capitalista.

O poder político, como rede de relações sociais, alcança sua condensação fundamental no Estado, mas tem a capacidade de produzir e se reproduzir a partir de todos os âmbitos da sociedade, sejam econômicos, políticos, culturais ou ideológicos. (...) a sociedade pode ser entendida como uma rede de poderes que atravessa todos os níveis societários. (...) A rede de relações de poder tem especificidade conforme tratemos do campo econômico, político ou ideológico. No entanto, através de diversas mediações todas acabam se cristalizando no poder político e na relação Estado. (OSÓRIO, 2014, p. 28).

A preocupação de Osório, nesse sentido, nos fornece elementos para que não deslindemos a análises superficiais sobre as funções exercidas pelo Estados. Isso porque, de um lado, o aparato do Estado não é mero elemento manipulável aos gostos de uma ou outra determinada classe, o que possibilitaria que a simples transposição de uma classe por outra, alteraria por si o caráter estatal; de outro, não se pode cair no inconveniente de indiferenciar as classes que detêm o poder [político] daquelas que por ventura possam vir a dirigir o aparato estatal.

Dessa forma, somos remetidos aos argumentos contidos anteriormente nesse trabalho, da afirmativa da disciplina de relações internacionais como um “todo caótico”, em suas abordagens clássicas. Como foi analisado, isso se dá em especial devido a uma perspectiva que se preocupa com as mediações de segunda ordem sem qualquer preocupação com os processos históricos que o conformaram.

Portanto, esse trabalho se insere no debate e se propõe, assim como outras importantes referências da nova geração que atuam no campo das relações internacionais, a se analisar o Estado congruentemente a um processo mais complexo da reprodução societária capitalista, tais quais suas contradições – tais quais Tatiana Berringer, Caio Bugiato, Luiz Felipe Osório, Felipe Martins, dentre outros. Portanto, recusa-se o ponto de reflexão que Alysso Mascaro (2013) denuncia como a “explicação da política pela própria política”, optando fazê-la, por outro lado, pela crítica da economia política capitalista, afinal “não na ideologia do bem comum ou da ordem nem do louvor ao dado, mas no seio das explorações, das dominações e das crises

da reprodução do capital é que se vislumbra a verdade da política” (MASCARO, 2013, p. 11)

Partir do capitalismo para elucidar as definições de dada relação internacional, não consiste de maneira nenhuma em aderir ao fulcro economicista da realidade, senão o de reafirmar a exatidão do método materialismo histórico dialético para a compreensão da realidade em sua totalidade social. Isso se deve ao fato de a crítica à Economia Política operada por Marx ser “condensada na noção de que as categorias econômicas (...) [serem] a aparência de fetiches das relações sociais” (OSÓRIO, 2019, p. 29).

Isto posto, o exercício seguinte consistirá de sacar os estudos teóricos sobre as relações internacionais de seu lugar-comum e condicioná-las ao exame da crítica da economia política, que nos fornece um ferramental que possibilita desmitificar seus pressupostos vulgares assentados em um concepção política acrítica e a-histórica.

2.3. PRINCÍPIOS DA ANÁLISE MARXISTA DO MUNDO

O que temos apresentado à guisa de uma reflexão sobre as tendências e necessidades do campo das RI, leva-nos à análise do espaço ocupado pelas relações internacionais no arcabouço teórico das ciências sociais, e a problemática dessa disposição, que foi recuperado com excelência pelo autor Fred Halliday com as devidas críticas colocadas. Segundo o autor (2007), há uma paradoxal posição de negação e exagero das ciências sociais em relação à contribuição do próprio internacional, “como a afirmação injustificada da literatura transnacionalista sobre a obsolescência do Estado-nação e do papel da força, ou a invocação de uma nova era de pós-modernidade”. (...) assim como se escondem as diversas histórias dos processos internacionais que datam das origens do sistema no século XVI” (HALLIDAY, 2007, p. 16).

Assim, a despeito de uma posição defensiva da área e de que sua contribuição para as demais disciplinas do conhecimento é negligenciada, não se pode omitir da constituição do conhecimento a interação duradoura com a circulação de ideias entre diferentes povos, de diferentes territórios.

É ainda necessário tomar como certo que a própria organização política moderna emerge congruentemente a um sistema de Estados, que não pode ser analisada somente na sua atuação para dentro, senão também com sua atuação para

com o estrangeiro. Conforme elencado anteriormente, a dinâmica da fase superior do capitalismo incide na necessidade de uma atuação internacional do Capital. Assim:

O que é vivido, e normalmente estudado como algo que aconteceu “dentro” de países, revela-se como parte de processos internacionais muito mais amplos de mudanças políticas e econômicas. (...) Portanto, não pode haver uma história puramente nacional de qualquer Estado: da mesma forma, não pode haver teoria da economia, do Estado e das relações sociais que negue o impacto formativo, residual ou recente, do internacional. (HALLIDAY, 2007, p. 17-18).

Por outro lado, a própria disciplina de Relações Internacionais continua a apoiar-se nos principais pressupostos de sua origem – muito intrínseco à mentalidade, racionalidade e perspectiva dos centros do poder capitalista –, relegando as perspectivas críticas à margem. O marxismo, por exemplo, perspectiva aqui considerada para o desenvolvimento do estudo do internacional, predominantemente, na Inglaterra e nos Estados Unidos, seu berço como área acadêmica, era inexpressivo o seu estudo do dentro da área,. Esse terreno se consolida a partir de um aparente fim da história, descrito por Fukuyama em 1992, para o qual o mundo teria, enfim, encontrado o sistema capitalista enquanto ideal para humanidade, após a queda do socialismo real.

Para Fred Halliday, as Relações Internacionais se inserem, sem ônus, às ciências das relações sociais mais amplas, nas quais é essencial a compreensão da totalidade social, com recurso ao modo de produção do qual ela é reflexo. Assim, o estudo teórico das relações internacionais precisaria abranger uma leitura da sociedade que tivesse como centralidade a sua compreensão material, aliada à apreensão de seus aspectos mais amplos, como instituições políticas, legais e culturais; compreensão de sua historicidade; condições de origem e lugar no sistema; compreensão do papel da luta de classes, que possui a capacidade de definir as formas de poder social e, por fim; a compreensão do papel da revolução na definição do sistema internacional, como um fator dinâmico fundamental da política internacional e das sociedades individuais.

A partir do momento em que se aplica esta percepção às questões do internacional, uma clara mudança de foco é visível. (...) o Estado não é mais percebido como uma corporização do interesse nacional ou da neutralidade judicial, mas sim como locus dos interesses de uma sociedade específica ou de uma formação social definida por sua estrutura socioeconômica. (...) a soberania se torna não um conceito legal genérico, mas a soberania de forças sociais específicas (a sua história é a das formas de poder social e a da sua legitimação). A segurança é removida da esfera teórica tradicional em que foi colocada e se torna a segurança de grupos sociais e por razões socioeconômicas específicas. (HALLIDAY, 2007, p. 74).

A base desse argumento está em que “(...) não existe nenhum “sistema internacional” ou qualquer componente de sua atividade, seja guerra ou a diplomacia, que possa ser abstraído do modo de produção” (HALLIDAY, 2007, p. 74). Ou seja, é preciso que nos desprendamos da “construção especulativa de modelos abstratos desligados da realidade empírica” (MANDEL, 1982, p. 8).

Assim, considera-se importante a desnaturalização, de uma visão de mundo hegemônica e alienante, que defende uma determinada análise apriorística da ordem mundial. Há uma preocupante tendência à análise do internacional sem a leitura de sua processualidade histórica, quase sempre com um tom de que o internacional emerge como dono de si e com uma racionalidade particular. O mundo tal como conhecemos não se construiu a si mesmo como tal inevitavelmente: “(...) a expansão da sociedade ocidental ou da sociedade internacional foi alcançada através da subjugação, do saque e, em alguns casos, do massacre de sociedades coloniais” (HALLIDAY, 2007, p. 76).

Portanto, as categorias construídas como próprias da agenda das Relações Internacionais constituem-se em uma tendência fetichizada, partindo de pressupostos fenomênicos da realidade e, assim, “entendem que as relações entre os Estados devem buscar a explicação do que dá origem a elas, e essa razão não se encontra na própria formação estatal.” (VIGEVANI, MARTINS, *et al.*, 2011, p. 115).

Ainda, uma grande parte do acervo que compõem o que se pode chamar de *main stream* da disciplina, não só “não consideram adequadamente as razões que determinariam o sistema internacional e suas mudanças” (VIGEVANI, MARTINS, *et al.*, 2011, p. 115), mas partiu de uma incestuosa relação entre a academia e a burocracia Estatal que, como já vimos, jamais deve ser considerada como um produto isento e descompromissado, senão como forma necessária para a reprodução capitalista.

Dependendo do contexto geopolítico e do governo da situação, as portas giratórias que unem a alta cúpula estatal e a torre de marfim da academia fizeram com que acadêmicos se tornassem consultores políticos e que estadistas fossem alçados à condição de analistas acadêmicos. Com isso, as teorias obtiveram um viés de confirmação prática expressivo. Por serem teorias portadoras de receituários de ação política, o realismo e o institucionalismo foram elevados à condição de “profecias autorrealizáveis”, para usar o termo de Robert Merton. (PAIVA, 2018).

A lógica do sistema internacional, portanto, está inserida numa dinâmica de estruturação, sustentação e reprodução do poderio socioeconômico. Em vista disto, a teoria marxista sugere que a

(...) preocupação central das relações internacionais se torne não a segurança, as ações do Estado-Nação dirigidas para aumentá-la e defendê-la, mas, pelo contrário, o conflito e as formas pelas quais ele é gerado, conduzido e resolvido. Conflito social, dentro e através das fronteiras, visando riqueza e ao poder econômico, está presente na origem de inúmeros eventos internacionais. (HALLIDAY, 2007, p. 79).

Nesse sentido, há que se refletir, por exemplo, em como outros pressupostos que se desenvolveram no plano internacional não poderiam ser negligenciados na definição da disciplina. A partir da afirmativa do “conflito social sobre a propriedade, o poder e os recursos como uma característica central da política e ao perguntar como tal conflito sustentava o aparentemente autônomo mundo da revolta política e do conflito internacional” (HALLIDAY, 2007, p. 80), vê-se importante indagar como o internacional, suas instituições e suas dinâmicas contemporâneas assentaram-se na lógica da expansão, da mentalidade ocidental, da corrida intercapitalista e do sistema de exploração colonial.

(...) As ideias, as instituições e os eventos de uma formação societária devem ser percebidos a partir de sua relação com a totalidade e com as formas de determinação material, definidas pelas forças e relações de produção e não em um contexto isolado ou abstraído do modo de produção. (...) o seu conceito de capitalismo abrangia não somente as forças específicas e a apropriação econômica, mas um conjunto mais amplo de instituições políticas, legais e culturais, que elas se relacionavam. (HALLIDAY, 2007, p. 74)

Isso deságua na importância, por exemplo, da América Latina como território elementar para o delineamento do *modus operandi* da política e do poder do capital no âmbito mundial. E, nessa abordagem, não considera a região como um produto passivo da dominação, mas também como espaço de rebeldia e de estabelecimento de particularidades, ancoradas na generalidade da reprodução ampliada do capital.

(...) o problema central da política internacional do século XX é percebido pela teoria das relações internacionais convencionais como sendo aquele da segurança, mas muito deste período pode também ser considerado como um de contenção do conflito intercapitalista e da revolução social. (HALLIDAY, 2007, p. 80)

Recordemos, por exemplo, que a despeito das teorias tradicionais serem afirmadas como indispensáveis, a discussão sobre as relações internacionais também podem ser resgatas, com muita qualidade, no seio do debate marxista, à revelia dos

intentos de sua obstrução na área. Na Segunda Internacional Comunista, assim, a questão internacionalista era primordial

O Estado capitalista surgiu coletivamente como um sistema de Estados, em um contexto geográfico muito específico de disputas territoriais, de circulação comercial, de imposição de tributos e de incipiente produção industrial em uma Europa dividida, mas que foi capaz de produzir um sistema de acomodação (ao menos temporariamente e sempre com altos e baixos) das disputas intraeuropeias pela expansão dos interesses do capital nos projetos ultramarinos. O sistema interestatal é constituinte do capitalismo. (OSÓRIO, 2019)

Outrossim, a resistência à expansão capitalista também ocasionou em respostas teóricas, das mais conformistas às mais radicais, a esse modelo de se refletir e erigir o mundo. Dentre estas, temos uma que aqui considera-se de extrema importância para se pensar a política mundial, com recurso à processualidade histórica das formações sociais latino-americanas, diz respeito às Teorias da Dependência, mais especialmente à sua corrente crítica marxista.

Tomando essa abordagem como engate, revela-se como se estruturam as relações políticas e sociais da América Latina aportadas ao desenvolvimento subserviente às exigências da economia e, conseqüentemente, da política mundial, em especial às economias dos centros capitalistas. Desde essa questão em diante, faz-se mais clara a visualização de como as estruturas domésticas e as implicações de determinantes externas da região estão vinculadas ao desenvolvimento da dependência e como esta está intrínseca à maneira de se operar as relações internacionais.

Além disso, vê-se no conflito de classes também um elemento sustentador e componente principal para o desenvolvimento da história e das transformações sociais. Isso possui implicações sobre como se configurou as relações internacionais como reação ou ação quanto a esse elemento.

A centralidade das classes como ferramenta analítica tem duas conseqüências imediatas para as relações internacionais. (...) toda história das relações internacionais tem na luta de classe um de seus componentes fundamentais e decisivos. (...) Muitas das disputas que marcaram a história do século XX se tornaram disputas interimperialistas e intercapitalistas, indo além de suas características nacionais, geográficas e históricas, (...) a questão do conflito entre os grandes poderes e não a dinâmica das relações Norte-Sul era a principal questão considerada por Lenin e por outros no debate sobre o imperialismo antes da Primeira Guerra Mundial. (HALLIDAY, 2007, p. 77)

Assim, a análise dos componentes que formam os pilares das relações internacionais atuais deve necessariamente basear-se na reflexão sobre as

configurações impostas pelo imperialismo. Isso destaca como a dependência, mesmo em sua forma independente, representa o processo histórico, sustentado pela necessidade de manutenção da exploração ou superexploração do trabalho e da opressão internacional.

A seguir, apresentaremos algumas reflexões sobre a Teoria Marxista da Dependência e suas possíveis relações com o estudo internacionalista, um elemento crucial para essa teoria.

3. A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E AMÉRICA LATINA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

3.1.A IGUALDADE JURÍDICA E A DESIGUALDADE REAL ENTRE OS ESTADOS: FORMA POLÍTICA DO IMPERIALISMO

O enredo desenhado acima nos proporciona um arsenal de ferramentas analíticas para destoarmos das vias confortáveis as quais se encaminharam os estudos teóricos das relações internacionais predominantemente. Embebidos das perspectivas críticas, em geral, e do marxismo, em específico, conseguimos reordenar os liames que definem as principais categorias que são postas vigorosamente pelo *mainstream* das teorias sociais vulgares. Nessa altura do trabalho ora apresentado, já não temos a imagem de um Estado como componente incontestável do mundo humano, já não falamos em relações internacionais como mera realidade indelével, já não optamos por descrever os sistemas em seu pleno funcionamento, senão tornamos enfáticos em afirmar a existência como um produto humano e como um processo histórico.

Com esse acúmulo, a imagem que possuímos é a de fato de um sistema econômico-político que tem sua dimensão interna e externa, mas não de forma estranhada, mas sim como um coadunado de relações que transitam entre ambas as direções e dimensões sincronicamente. Partindo da leitura materialista da realidade, portanto, temos que

Num sistema plural de Estados, aos pleiteados ganhos das classes trabalhadoras o capital opõe, em geral, a concorrência internacional: os custos de produção comparativos, a ameaça de transferência de unidades industriais a outros territórios etc. (MASCARO, 2013, p. 126)

Então, a dimensão interna de exploração e dominação de classes está alinhavada com um processo externo de ampliação da margem de manobra do Capital, de modo que a “exploração levada ao exterior permite maior fôlego econômico interno, dando às classes burguesas melhores condições de reprodução, ensejando também a minoração de algumas contradições sociais quanto às classes e aos grupos nacionais explorados” (MASCARO, 2013, p. 126). Tratamos, portanto, as relações internacionais pelo prisma teórico do imperialismo entendido como um “movimento político e econômico, estabelecendo, entre Estados, territórios, sociedades e economias uma hierarquização com vetores de poder e submissão” (p. 133).

Essa hierarquização e aparente formalização da noção de soberania no âmbito internacional já foi apontada por Lênin, em um momento de ascensão da proeminência do capital financeiro e da política internacional vinculada a isso, no qual o mundo se dividia entre metrópoles e colônias, mas também, e principalmente, entre diversas matizes de países dependentes que de “um ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que, na realidade, se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira diplomática” (LÊNIN, 1970, p. 84).

Tanto a forma hierárquica, a proeminência de aparentes relações políticas interna e externamente, quanto as relações de dependência são elementos que tangenciam as relações internacionais principalmente a partir da viragem do século XIX ao século XX, e que logram um status elevado na definição da agenda política internacionais em tempos de atuais.

Dessa maneira, da mesma forma como ocorre com a vinculação cidadão-Estado, as relações internacionais entre os Estados são metamorfoseadas por uma relação jurídica de pseudo-igualdade que omite as origens desiguais das formas políticas no seio do sistema estatal no plano externo. Assim, a mesma igualdade ilusória criada pela sociedade civilizatória moderna, que submete à crivo de realidade fundamentos meramente formais – como a democracia, a igualdade, a liberdade – estende esses mesmo ao plano da política externa entre as diversas organizações políticas. A via das negociações, dos tratados, da cooperação, portanto, aparece como a encarnação de um processo ideal e único da relação no plano internacional, tal qual o direito no plano interno, assegurando, desse modo, a manutenção e reprodução da sociedade tal qual ela é – se status quo – e mantendo a relações intrinsecamente desigual no segundo plano.

A igualdade formal entre os Estados tem por base uma profunda desigualdade material entre eles próprios. A sua soberania política e a sua liberdade para compactuar com outros Estados e organismos se erigem a partir de relações de dependência e fragilidade, permeadas por lutas e interesses de classes e grupos em planos nacional e internacional. (...) A igualdade formal entre os Estados está plantada numa profunda desigualdade real, que se desdobra em duas esferas: a distinta condição de poder entre esses próprios Estados e a diversidade das forças e da dinâmica do capital no seio de tais unidades políticas e no mundo. A diversidade material na pluralidade dos Estados deve ser pensada tanto como desigualdade política quanto como desigualdade econômico-social. (MASCARO, 2013, p. 129-130)

Nessa abordagem, toma-se como originário da riqueza material das nações a acumulação de capitais advindas das diversas formas de saqueios, conquistas

territoriais, servidão e escravagismo de determinadas regiões por outras, a partir da expansão ultramarina a partir do século XVI e que tem seu acirramento com a revolução industrial do século XVII e XVIII. Assim, por meio da compreensão da atuação do imperialismo e da exportação de capital, podemos afirmar que, principalmente na periferia do capitalismo, os “capitais que operam a dinâmica capitalista de um país são, em grande parte, externos, deslocando o centro das decisões econômicas nacionais para fora” (MASCARO, 2013, p. 132).

Sobre essa corrida pela partilha do mundo, o qual inegavelmente está assentada a atual estrutura da Divisão Internacional do Trabalho, Lênin fazendo referência ao trabalho do historiador Driault no “*Problemas Políticos e Sociais de Fins do Século XIX*”:

as nações que não se abasteceram correm o risco de não o conseguirem nunca e de não tomarem parte na exploração gigantesca do globo, que será um dos fatos mais essenciais do próximo século (isto é, do século XX). Eis porque toda a Europa e a América se viram recentemente presas da febre de expansão colonial do imperialismo, que é a característica mais notável do final do século XIX. (...) Com essa partilha do mundo, com essa corrida furiosa atrás das riquezas e dos grandes mercados da Terra, a força relativa dos impérios criados neste século XIX já não tem qualquer proporção com o lugar que ocupam na Europa as nações que os criaram. (LÊNIN, 2010, p. 85)

O panorama que temos a partir do exposto é de que o delineamento da política internacional não se originou tal qual descrita pela casta tradicionalista das ciências sociais, senão que se configurou como tal. A tradição, sob seus ditames de poder, normativismo, belicismo, não enxergam um palmo sobre a terra as relações internacionais que definiram tal forma do sistema inter-estatal.

Já com o surgimento das relações capitalistas no seio da Europa, a exploração em escala mundial já fora um vetor determinante e as periferias não só apartadas desse processo como também objeto, são sujeitadas ao ditamos da lógica de subalternização entre Estados. Desse modo, “As colônias nas Américas, na África, na Ásia e na Oceania, sistematicamente já desde o século XVI, dão dimensão de um processo de subordinação espacial da sociabilidade internacional que remonta aos primórdios do mercantilismo” (MASCARO, 2013, p. 135).

3.2. A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E RESPOSTA POLÍTICA FRENTE ÀS DESIGUALDADES INTER-ESTATAIS

Em interface ao ora exposto, no que tange à assertiva do imperialismo, coadunado à Teoria do Valor de Karl Marx, uma resposta tanto teórica quanto política

em relação aos problemas das desigualdades entre os países, em especial a posição da América Latina nesse aspecto.

As Teorias da Dependência, no geral, foram sistematizadas principalmente com a reestruturação da economia mundial após a Segunda Guerra Mundial, com a correspondente ascensão estadunidense como potência hegemônica. Nesse mesmo período, eram sistematizadas as Teorias do Desenvolvimento e da Modernização, sobretudo para dar consistência científica aos estudos sobre a problemática do subdesenvolvimento na periferia do mundo (BICHIR, 2012, p. 34). Nestas, buscava-se compreender “(...) até que ponto as variações que ocorreram nos países mais ricos quando se desenvolveram podem repetir-se nos países mais pobres, se se desenvolverem” (LEWIS, 1960, p. 22 *apud* BICHIR, 2012, p. 34). Nesse âmbito, surgiu no fim da década de 1940, a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL, que viria ser a correspondente regional dos aportes desenvolvimentistas.

No entanto, a CEPAL conformou um espaço significativo para ideologia nacional-desenvolvimentista que de certa forma não imediatamente se convergia aos postulados dos centros capitalistas. “[...] os estudiosos cepalinos teceram críticas contundentes a esse referencial analítico a partir da adoção de uma metodologia assentada no método histórico-estrutural” (BICHIR, 2012, p. 38). No âmbito da CEPAL, identificava-se o desenvolvimento com a industrialização capitalista e entendia que existia um lugar para todas as nações a fim de alcançar determinados padrões de desenvolvimento. Foram precursores dessa aproximação, dentre outros, Celso Furtado e Raúl Prebisch. Para o primeiro “como fenômeno específico que é, o subdesenvolvimento requer um esforço de teorização autônomo” (FURTADO, 1965, p. 184-185 *apud* BICHIR, 2012, p. 39). A principal contribuição deste autores para o estudo da dependência latino-americana está em contraporem-se aos postulados das vantagens comparativas de David Ricardo, dado que “tal premissa, além de obscurecer o real caráter do intercâmbio estabelecido entre países industriais e países exportadores de produtos primários, justificava o papel da América Latina na divisão internacional do trabalho como produtora e exportadora de matérias-primas e de alimentos” (PREBISCH, 1986 [1949], p. 479 *apud* BICHIR, 2012, p. 40).

Consequente a esse raciocínio, a industrialização para a superação do subdesenvolvimento tomará um espaço privilegiado e refletirá em práticas político-econômicas nas principais economias latino-americanas. No entanto, cerca de três

décadas depois se mostrara deficiente para a íntegra emancipação da região, especialmente por assentar-se sobre as velhas estruturas primário-exportadoras.

Outras abordagens da dependência também surgem juntas ou a posteriori à cepalina, como a de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, para os quais:

A dependência é apresentada como resultado da evolução sistêmica em entre economias capitalistas líderes estágio de integração de suas capitais monopolistas fortes, rumo a processos mais globalizado de produção mundial. Aliado a isto, vigora em FHC a visão do Estado organizador da integração e promotor da abertura econômica para suposta melhoria das condições de vida nos territórios latinos. (TRASPADINI, 2014, p. 28).

Assim, para FHC, o desenvolvimento deveria ser pensado em consideração aos fluxos de “os capitais produtivos e financeiros migram cada vez mais para o espaço periféricos” e, portanto, desconsiderar isso acarretaria em se “perder de vista a possibilidade de desenvolvimento integrado oferecido pelas empresas multinacionais” (TRASPADINI, 2014, p. 40). Esta é a abordagem da interdependência, que muito se difundiu, principalmente no Brasil.

No entanto, aqui se considerará o marco teórico da Teoria Marxista da Dependência, que surge como resposta teórico-prática apropriada a reivindicar um espaço outro da ordem socioeconomicamente estabelecida. Conduzido especialmente por Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos. Nessa perspectiva, a dependência é tida como “um laço de subordinação entre nações aparentemente autônomas, mas com estruturas políticas sociais e culturais desiguais, que se reproduz tanto nas relações externas quanto nas relações internas” (MARINI, 1973, p. 4). A ideia central é a de que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são faces de um mesmo movimento e que os países que são desenvolvidos só se tornaram mediante ao subdesenvolvimento dos países que foram reféns da partilha do mundo e dos saques de rapina no período de transição para o capitalismo.

Para Marini (1973, p. 2), no entanto, as teorias que se afirmam enquanto solução para a situação das regiões periféricas serão mesmo insuficientes enquanto não se considere a peculiaridade do capitalismo nelas e que, portanto, não se desenvolverão “jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas”.

Disso desagua o aspecto de rompimento radical com a relação de dependência defendido pela Teoria Marxista da Dependência, na qual “sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida”

(MARINI, 1973, p. 4). Portanto, para Marini a dependência só se supera quando se tem como horizonte a superação da sociedade capitalista, que se reproduz no âmbito global na manutenção da condição primário-exportadora, principalmente das antigas colônias.

Para a Teoria Marxista da Dependência, as economias poderiam se industrializar, mas manteriam a condição de subordinação frente aos países de capitalismo avançado. Então, não partiam de uma visão que apresentava as economias latino-americanas como de capitalismo insuficiente, senão apregoavam que justamente essa era especificidade do capitalismo para a região.

Nesse sentido, as Leis Tendenciais do Capitalismo adicionais se apresentam nas economias de capitalismo dependente por meio da transferência de valor, expressão da relação de intercâmbio desigual; a superexploração do trabalho, que se expressa pelo pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor; e a cisão entre produção e consumo, entre produção para o mercado interno e externo; e a dependência financeira na determinação dos fluxos internacionais de capital.

Desse modo, dependência e imperialismo são dimensões de um mesmo processo e a Teoria Marxista da Dependência, assim, ajuda a compreender essa malha de relações de poder que determinam uma dada relação internacional que orienta a associação do Estado dependente já numa posição de inferioridade e subordinação, embora, no âmbito normativo da política internacional, apresente-se uma aparente possibilidade de inserção de todos os entes estatais na mesma posição de barganha e negociação ou, de outra forma, como desigualdades inerentes e naturais dos agentes que atuam na esfera externa. Conforme Lênin, o mundo, afinal precisaria ser mirado mediante “uma situação privilegiada a um punhado (menos da décima parte da população da Terra, ou, calculando de um modo muito generoso e mui-to acima, menos de um quinto) de países particularmente ricos e poderosos que, com o simples corte de cupons, saqueiam todo o mundo” (LÊNIN, 2010, p. 13).

No entanto, é necessário que esse processo não seja analisado desde uma perspectiva meramente de uma ação externa, mas sim também pelas próprias condicionantes internas das economias dependentes.

El paso teórico que hemos dado en las Ciencias Sociales Latino-americanas ha consistido en mostrar que esta dependencia no era un fenómeno externo que podríamos cortar a través del desarrollo económico y de una actitud política más independiente. Lo que explicitó teóricamente fue, sobre todo, el hecho de que la situación de dependencia en que vivimos dentro del sistema capitalista condiciona las estructuras internas de nuestros países,

haciéndolos dependientes en su propia constitución. Este paso teórico fue de gran importancia y creo que se debe, básicamente, a la constatación que hacemos en este cuaderno del fracaso del modelo de desarrollo autónomo en base a la industria o del desarrollo hacia el mercado interno que vino a sustituir, en la mayoría de nuestros países, a la dominación de la economía exportadora dirigida hacia el mercado externo. Al constatar que ese tipo de 'desarrollo' no nos liberaba de la dependencia, sino que, al contrario, nos convertía en objeto de un nuevo tipo de dependencia en que el capital extranjero se concertaba con el sector más dinámico que produce para el mercado interno de nuestros países, se constató también que la dependencia era algo mucho más profundo, ligado a los mecanismos internos de funcionamiento de nuestras sociedades. (SANTOS, 1972b [1970], p. 7-8 *apud* BICHIR, 2012).

Assim, temos que posicionar esta reflexão de modo a evidenciar que a Teoria Marxista da Dependência parte de uma consideração que a leitura internacionalista - entendida como dimensão geral, de totalidade dos fenômenos a serem apreendidos, esmiuçados e, posteriormente, politicamente disputados - é primordial. Na sua postulação axial, considera já uma situação que não se restringe a um território em si. Marini (1973), vai afirmar assim que as necessidades mais básicas do trabalhador dos países de capitalismo avançado se dará em detrimento do aumento da exploração do trabalhador na periferia do capital. Isso porque há um deslocamento, nos centros do capital, da acumulação pela exploração do(a) trabalhador(a) para uma maior capacidade produtiva do trabalho, ou melhor "da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa", o que leva à concepção de que "a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais" (Marini, 1973, p. 5-7).

Nas palavras de Martin Carnoy (2000, p. 70-71):

La teoría de la dependencia nació de la situación de América Latina en los cincuenta y sesenta, 130 años después de su independencia del yugo colonial. (...) con la independencia, la carga de administrar la colonia queda en manos de los partidos nacionales, mientras que los capitalistas del país adelantado siguen cosechando los frutos de la antigua relación colonial. La burguesía nacional, después de la independencia, descubre su misión histórica: la de intermediarios. Trata de reanudar las cosas donde las dejaron los europeos, pero no tiene la historia, el poder y la riqueza de su contraparte europea.

Essas desigualdades em relação ao capital externo remete à burguesia internamente se organizar de modo a mitigar as perdas de lucro, principalmente elevando o grau de exploração da força de trabalho no interior da região, mediante ao prolongamento da jornada de trabalho; redução salarial; e a intensificação do trabalho.

Marisa Amaral, em sua tese de doutorado, “Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo” (2012), detalha o tema da desigualdade ao explicar-nos que:

as relações de produção são desiguais porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre às custas do subdesenvolvimento de outras. As relações tradicionais são baseadas no controle do mercado por parte das nações hegemônicas e isto leva à transferência do excedente gerado nos países dependentes para os países dominantes, tanto na forma de lucros quanto na forma de juros, ocasionando a perda de controle dos dependentes sobre seus recursos. (AMARAL, 2012, p. 42)

Ante esta desigualdade estrutural, em que o Sul alimenta o Norte e este intensifica a expropriação, a pilhagem e o saqueio sobre o Sul ao longo de toda a história moderna (HARVEY, 2004; TRASPADINI, 2016; MANDEL, 1982), faz-se necessária a reflexão de modo a não abordar o sistema de estados por meio de uma aparente isonomia inter-estatal. Ao contrário, o que se ressalta aqui é justamente a necessidade de determinar “o caráter dependente de tal Estado, suas formas, seu grau de autonomia e de soberania e suas especificidades em relação aos Estados imperialistas” (BICHIR, 2017, p. 41).

Assim sendo,

(...) o Estado periférico tem sua soberania truncada em duas dimensões: em sua dimensão externa, não se pode falar de um controle político efetivo, e em sua dimensão interna, o controle estatal, apesar de efetivo, é duvidoso, no que tange ao seu caráter nacional. Dessa forma, a dependência é responsável, ademais, por colocar em questão o princípio formal do estado nacional soberano na periferia, o qual se fundamenta na existência de um sistema reprodutivo integrado para sustentar a vida material de uma sociedade. (EVERS, 1985 *apud* BICHIR, 2017, p. 45-46).

A questão da soberania, um baluarte dos estudos das relações internacionais, ganha uma outra abordagem, quando analisadas por meio das lentes da TMD. Nesse sentido, Jaime Osório (2014, p. 206) aponta de maneira excelente essa composição:

O Estado no capitalismo dependente implica uma condensação das relações de poder e dominação, bem como da construção de uma comunidade num espaço específico do sistema mundial capitalista, e é caracterizado pelas relações restringidas de soberania frente a formações econômico-sociais e regiões que apresentam exercícios mais plenos em termos de soberanias – na medida em que são Estados desenvolvidos, centrais e imperialistas. Este exercício desigual da soberania no interior do sistema mundial capitalista é uma característica estrutural, processo que se acentua ou se atenua em diferentes períodos históricos, mas que provoca no Estado do capitalismo dependente relações de subsoberania.

E, ainda sobre esse ponto, explicita que “no capitalismo, como sistema mundial, sempre houve um exercício desigual da soberania, sendo maior nas nações

imperialistas ou centrais e menor nas nações dependentes ou periféricas” (OSÓRIO, 2014, p. 177).

Se aproximarmos-nos da atuação dos diferentes Estados no sistema interestatal, também é possível reconsiderar a questão da incorporação da noção de interesse nacional, tomando como fio condutor as assertivas acerca do apoderamento do Estado pelo bloco no poder e generalizando seus interesses específicos enquanto interesses gerais. Considerando a sujeição destes com o capitalismo e a especificidade de dependência, a atuação política e econômica, embora eventuais margens de manobra, tende a atuar dessa forma igualmente na política internacional.

Na literatura que trata da dependência desde ótica vai demonstrar algumas matizes dos Estados dependentes, a exemplo de Vânia Bamberga¹⁰ e, portanto, uma complexização das relações desses entre si e destes com os países centrais do capitalismo.

E, em se tratando, no debate entre países hegemônicos e países periféricos nas relações internacionais, à luz da TMD, cabe discutir, para além da dimensão do Estado, a substância da dependência nestes países ante o jugo do imperialismo (AMARAL, 2012; TRASPADINI, 2016). Se, o que caracteriza a dependência, é a ausência de autonomia dos Estados nacionais, frente à hegemonia do capital em sua fase mais avançada de concentração e centralização, então, as relações internacionais estão assentadas por múltiplas determinações desiguais, tais como: exploração do capital sobre o trabalho nas economias centrais; superexploração da força de trabalho nas economias periféricas; transferência de valor do Sul para o Norte; dívidas externas com impacto na dinâmica interna da produção intensificada da desigualdade; ampliação em todos os âmbitos do exército industrial de reservas e do pauperismo; intensificação dos problemas de terra, de fronteiras e de migrações.

Como analisar, portanto, as relações internacionais, no século XXI, ante um cenário de piora das condições materiais de existência da classe trabalhadora em geral, e da classe trabalhadora do terceiro mundo em particular? Que relações podem

¹⁰ Segundo Bamberga, em *Capitalismo dependente latino-americano* de 1974, podemos caracterizar as economias latino-americanas a partir do seu processo de industrialização. As economias do Tipo A, são aquelas que tiveram seu ciclo industrial iniciado antes do século XX, como, por exemplo, Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Colômbia e México. As do Tipo B, tiveram seu processo industrial demarcado após o fim da 2ª Guerra Mundial, como foi o caso de Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba. E por fim, economias do Tipo C como Paraguai, Haiti e Panamá que tiveram seu ciclo industrial iniciado a partir da década de 1960.

ser entendidas, no plano diplomático das políticas externas, quando as mesmas estão condicionadas pela mediação de primeira ordem capital-trabalho, tendo em conta a totalidade da exploração e a particularidade da superexploração? É o mesmo estudar a constituição dos Estados nacionais e seu desenvolvimento em economias centrais e economias periféricas? A nosso ver, estas questões dão a tônica das contribuições do pensamento marxista mundial para o estudo, a crítica e a intervenção nas relações internacionais desde uma outra perspectiva que não a do tradicionalismo internacional em voga ontem e hoje.

4. CONSIDERAÇÕES EM MOVIMENTO

Muito embora o importante movimento intelectual das últimas quatro décadas, a fim de se propiciar um ferramental para se conceber as relações internacionais pelo prisma crítico proporcionado pelo marxismo e o método materialista histórico dialético, mantenha-se hegemônica a voga das teorias tradicionais no campo de estudo e ensino da disciplina, isto não é muito diferente das demais áreas da ciência. E no que consiste a vitória do tradicionalismo nos estudos que se pretendem analisar a realidade ou a reproduzi-la na forma do pensamento? A morte do sujeito pensante e a conquista do terreno, no qual a produção de conhecimento se trata de uma fábrica de intelectuais para capital (seja orgânico ou inorgânico).

A primazia dos fundamentos que asseguram a continuidade do *status quo* também buscam os operadores mais habilidosos e mais disciplinados para condução desse barco cujas correntes que lhe guiam tem o precipício como direção. A Guerra, a política, a diplomacia dos tratados e a cooperação são anestésicos para uma geração de corpos formados na acriticidade e que, muito provavelmente, não só não conseguem perceber a imensa desigualdades que assenta esse Sistema Internacional, como se torna o seu mais fiel defensor.

Como apresentado neste trabalho, a marginalidade atribuída aos marxismo pela área, foi amiúde resultado das facilidades de operações políticas realizadas pelos intelectuais expoentes do tradicionalismo. Portanto, situar as relações internacionais frente à base exploratória do sistema político-econômico de nosso tempo nos conduzirá a outras perguntas - a origem, o processo de estruturação, suas contradições - e, principalmente, à tomada de consciência radical da necessidade histórica de sua superação.

A hegemonia da ideologia dominante obscurece essa possibilidade da compreensão do mundo para sua transformação. Tornamo-nos meros operadores do sistema, reféns das oscilações de seu humor e de sua vontade de transformar toda a realidade em mercadoria. Imperialismo! Marxismo! Revolução! tornaram-se palavras-tabus impronunciáveis no altar de polidez da academia. Quadro que se expressa ainda pior, quando considerada a debilidade decorrente a tergiversar debates candentes para o próprio espaço-tempo do ser cognoscente, no nosso caso, refletir sobre a miséria, a pobreza e falta de dignidade humana decorrente de uma situação

marcada pela dependência e a superexploração do trabalho, particularidade que precisam ser conjugadas à totalidade que é o capitalismo mundial.

Isso tem tudo a ver com as relações internacionais, principalmente se partimos do pressuposto que o internacional desempenha um papel constitutivo do Estado e dos sistemas políticos e sociais.

Nesse sentido, entendemos, como Meszáros e Carnoy a importância de nos fazermos perguntas sobre a quem se dirige o conteúdo das Relações Internacionais? Quais as intencionalidades estão por trás da hegemonia de uma visão em detrimento ao apagamento de outra? E, em se tratando de economias dependentes cumpre o estudo das relações internacionais as mesmas funções que o estudo deflagrado nas economias centrais? Estas questões enredadas em muitas outras definiram o sentido da pesquisa inicial ora apresentada e dão o sentido, para frente, sobre o prosseguir de minhas inquietações. Nestas, o marxismo em geral e o marxismo latino-americano em particular, assentam-se como estruturas fundantes de minha razão de ser e meus sentidos de conviver nas relações internacionais e para além delas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, M. S. Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. **Tese de Doutorado**, São Paulo, 2012.

ANDERSON, P. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. 1ª Edição. ed. São Paulo: Editorial Boitempo, 2015.

BANDEIRA, L. A. M. **A Segunda Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BANDEIRA, L. A. M. **O ano vermelho**. 4ª edição. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BICHIR, M. M. **A problemática da dependência - um estudo sobre a vertente marxista da dependência**. Campinas - SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

BICHIR, M. M. **A questão do Estado na teoria marxista da dependência**. Campinas, SP: Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.

CARNOY, M. **La Educación como Imperialismo Cultural**. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 2000.

CASTRO, T. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

DARCOLETO, C. A. D. S. Contribuições de István Mészáros para a educação> uma análise da categoria da mediação. In: SCHLESENER, A. H.; MASSON, G.; SUBTIL, M. J. D. **Marxismo(s) e educação**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016. p. 108-133.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1993.

ENGELS, F. Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã. **Marxist Internet Archive**, Lisboa, p. 378-421, 1982. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1886/mes/fim.htm>>. Acesso em: maio 2021.

GARCÍA, F. V. **La in-disciplina de Calibán: filosofía en el Caribe más allá de la Academia**. La Habana: Editorial Filosofi@.cu, 2017.

GORENDER, J. Apresentação. In: MARX, K. **O capital: crítica da Economia Política**. São Paulo: Boitempo, v. I, 2013.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. 6ª Edição. ed. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.

HALLIDAY, F. **Repensando as relações internacionais**. 2ª Edição. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS , 2007.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito**. 1992: Petrópolis, 1992.

HEGEL, G. W. F. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

KISSINGER, H. **Ordem Mundial**. 1ª Edição. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

LÊNIN, V. I. **Obras Escogidas**. Moscú: Editorial Progreso, 1970.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo: Fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2010.

LOSURDO, D. **A não violência: uma história fora do mito**. Tradução de Carlo Alberto Dastoli. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

LOSURDO, D. **A luta de classes: uma história política e filosófica**. Tradução de Silvia de Bernardinis. 1ª Edição. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. 1ª Edição. ed. São Paulo: Boitempo, v. I, 2012.

LUKÁCS, G. **Reboquismo e Dialética: uma resposta aos críticos de História e consciência de classe**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos; Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, R. M. **A Dialética da Dependência**. [S.l.]: [s.n.], 1973.

MARX, K. **Contribuição à crítica da Economia Política**. 2ª Edição. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. 1ª Edição. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARO, A. L. A crítica do Estado e do direito: a forma política e a forma jurídica. In: NETTO, J. P. (.). **Curso Livre Marx-Engels: a criação destruidora**. 1ª Edição. ed. São Pauo: Boitempo, v. 1, 2015. p. 10-24.

NETTO, J. P. Entrevista: José Paulo Netto. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, jul-out 2011.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OSÓRIO, J. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. 1ª Edição. ed. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2014.

OSÓRIO, L. F. B. A teoria da derivação do Estado e o debate (alemão) do mercado mundial. **Revista Debates**, Porto Alegre, janeiro-abril 2019. 17-39.

PACHUKANIS, E. B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

PAIVA, H. Relações Internacionais: um olhar marxista. **Outras Palavras**, 2018. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerrea/relacoes-internacionais-um-olhar-marxista/>>. Acesso em: 23 março 2021.

SALATINI, R. **Maquiavelismo, hobbesianismo e kantimos nas relações internacionais**. [S.l.]: [s.n.].

SARFATI, G. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

TRASPADINI, R. **A Teoria da (Inter)Dependência de Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

TRASPADINI, R. Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. **Tese de Doutorado**, 2016.

VIGEVANI, T. et al. A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais. **Lua Nova**, São Paulo, 2011. 111-143.